

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
CASA DE OSWALDO CRUZ**

ALUÍZIO ALVES
(Entrevista)

Ficha Técnica

Projeto de pesquisa - Memória da assistência médica da Previdência Social no Brasil

Entrevistado – Aluizio Alves (AA)

Entrevistadores – Marcos Chor Maio (MC), Luiz Octávio Coimbra (LO)

Data - 23/10/1986

Local – Brasília/DF

Duração – 2h53min

A citação de trechos da transcrição deve ser textual com indicação de fonte conforme abaixo:

ALVES, Aluizio. *Aluizio Alves. Entrevista de história oral concedida ao projeto Memória da assistência médica da Previdência Social no Brasil*. 1986. Rio de Janeiro, Fiocruz/COC, 2024, 54p.

Resenha biográfica

Aluízio Alves nasceu em Angicos, Rio Grande do Norte, em 1921. Coursou o primário em Angicos e o curso secundário em Natal, formando-se pela Faculdade de Direito de Maceió (AL), em 1950.

Redator político do jornal *A República*, Aluízio Alves foi ainda diretor do Serviço Estadual de Reeducação e Assistência social (SERAS), presidente da seção norte-grandense da Legião Brasileira de Assistência (LBA), diretor da Biblioteca Norte-Rio-Grandense de História e da Sociedade Brasileira do Folclore, Presidente do Centro de Estudos Sociais do Rio Grande do Norte e membro da Sociedade de Higiene mental do Nordeste. Ganhou também grande projeção como organizador dos serviços de assistência social do estado.

Aos 24 anos, foi eleito deputado pelo Rio Grande do Norte, à Assembleia Nacional Constituinte, na legenda da União Democrática Nacional (UDN). Neste primeiro mandato, tornou-se membro da Comissão Permanente de Legislação Social da Câmara dos Deputados, tendo integrado também a Comissão de Inquérito sobre Arrecadação e Aplicação das Rendas dos Institutos de Previdência.

Em 1947, apresentou o projeto de criação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), que tramitou pelo Congresso durante 13 anos, sofrendo diversas modificações em sua versão original, até ser transformada em lei, em 1960.

Também foi de sua autoria o projeto que transferiu a responsabilidade dos acidentes de trabalho de empresas particulares para a órbita da Previdência social, posteriormente transformado em lei.

Em seu segundo mandato como deputado federal, sempre na legenda da UDN, voltou a atuar na Comissão de Legislação Social e, em 1956, participou da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, Suíça, como observador parlamentar.

Em 1960, elegeu-se governador do Rio Grande do Norte, exercendo seu mandato até 1966 quando, filiado à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), foi eleito deputado federal. Em 1969, foi cassado e, afastado da vida pública, passou a se dedicar à iniciativa privada. Em 1973, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Em 1978, retornou à vida política embora ainda permanecesse impedido de atuar politicamente. Um ano depois, já anistiado, ingressou no Partido Popular (PP), incorporado em 1982 ao PMDB. Lançou-se candidato ao governo do Rio Grande do Norte, sendo derrotado nas eleições realizadas no mesmo ano.

Em 1984, trabalhou na articulação da candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República. Com a posse do novo governo, em março de 1985, Aluízio Alves assumiu o Ministério da Administração, permanecendo até 1988.

Sumário

Fita 1

A experiência na ajuda aos flagelados da seca de 1942 no Rio Grande do Norte; o trabalho como diretor do SERAS no Rio Grande do Norte; assistência aos menores carentes; atuação na LBA; o contato com Darcy Vargas no Rio de Janeiro; a criação da Escola de Social do RN, em 1942; origem familiar; a vida escolar e o trabalho na imprensa; a preocupação com a questão social; o ingresso na política e a campanha para a Assembleia Nacional Constituinte; lembranças da Revolução de 1930; as relações políticas do pai; o Golpe de 1937; as reações antigetulistas e a saída do colégio; o ingresso na UDN; atuação como deputado na Assembleia Constituinte; o trabalho na Comissão de Legislação Social do Congresso; a confecção do projeto de LOPS; o contato com dirigentes; os técnicos e atuários da Previdência Social; as resistências ao projeto; o Instituto de Serviços Sociais do Brasil (ISSB); o veto do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ao projeto da LOPS; a negociação política para aprovação da LOPS; o projeto de João Batista Ramos; a Previdência Social para o trabalhador rural; a questão do seguro de acidentes de trabalho; a UDN e a questão social; análise da Previdência Social antes da uniformização; a utilização dos recursos previdenciários pelo governo; a situação financeira dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs); assistência médica no projeto da LOPS; organização do Serviço de Assistência Médica da Previdência Social (SAMPS).

Fita 2

O Ministério da Saúde e a assistência médica; a transferência do seguro de acidentes de trabalho para a Previdência Social; a campanha das seguradoras contra o projeto de estatização do seguro de acidentes de trabalho; algumas características do projeto da LOPS apresentado em 1947; influências da experiência internacional; o auxílio dos técnicos atuários na confecção do projeto de LOPS; os problemas criados para a extensão da Previdência Social aos trabalhadores rurais e domésticos; atuação dos partidos políticos na Comissão de Legislação Social da Câmara dos Deputados; os problemas do trabalhador rural; as comunidades de serviços; as diferenças entre os institutos; os vários projetos de LOPS; a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS); concepção de segurado e de associado; a conversa com Eloy Chaves; a Previdência Social e o populismo; ação do PTB; o projeto LOPS no governo Kubitschek; o destino dos recursos financeiros da Previdência Social; as injunções políticas nos IAP's; ação sindical nos IAP's; o controle dos empregados na estrutura previdenciária pelo PTB; o substitutivo Batista Ramos; o acordo com Gustavo Capanema para aprovação da LOPS; atuação parlamentar; o trabalho como jornalista da "Tribuna da Imprensa"; denúncia de escândalos.

Fita 3

A Previdência Social no RN; o I Congresso Brasileiro de Previdência Social; posição dos trabalhadores sobre a direção colegiada; opinião sobre a versão da LOPS aprovada em

1960; as últimas negociações para aprovação da LOPS; a atuação do deputado Carlos Lacerda; a 'dramática vigília' na noite da aprovação da LOPS; a Previdência Social no campo; o custeio da Previdência Social; comentário sobre a unificação dos IAP's; a participação como observador na Conferência Internacional do Trabalho realizada em Genebra, em 1956; a questão da homologação dos acordos internacionais pelo Congresso Nacional; o governo Kubitschek e os trabalhadores; atuação como governador do RN (1961-66); a Previdência Social depois de 1964; a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); o Ministério da Administração e a reforma administrativa; comentário sobre a administração pública brasileira; o grupo de técnicos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI); o Projeto Brochado da Rocha para universalização e unificação da Previdência Social; a utilização pessoal dos serviços da Previdência Social; lembranças da passagem de Lampião por Angicos (RN); a Intentona Comunista em Natal; comentário sobre sua trajetória política.

Data: 23/10/1986

Fita 1 – Lado A

LO - Ministro, eu queria agradecer a oportunidade que o senhor está nos dando e gostaria de entrar logo na pesquisa. Conhecendo a sua origem, gostaria que o senhor dissesse como entrou na questão da Previdência Social, ainda no Rio Grande do Norte?

AA - A minha primeira experiência no campo social foi inesperada. Eu era repórter, em Natal, quando ocorreu a seca de 1942, e por falta de serviços do governo federal, de uma hora para outra, a cidade se encheu de famílias flageladas... Cerca de oito mil pessoas passaram a esmolar na cidade, a pedir comida, e o governador interino, Aldo Fernandes, sentiu que era preciso tomar alguma providência no sentido de socorrer aquelas pessoas. Convocou uma reunião para o Palácio D. Marcolino, na presença do Bispo D. Marcolino Dantas, da Associação dos Escoteiros, da Associação Comercial, e de outras entidades, e expôs o problema. A cidade estava se enchendo de famílias flageladas, crianças, homens, mulheres, pedindo esmolas, e era preciso que o governo contasse com a participação da sociedade, no sentido de dar um socorro àquelas pessoas, e ao mesmo tempo, dar ao governo federal a consciência de que aquela invasão da cidade de Natal poderia criar vários outros problemas. Ele se prontificou a fornecer alguns recursos, a Associação Comercial também, e anunciou que poderia obter recursos do comércio; mas na hora da aplicação de recursos, ninguém quis fazê-lo. O bispo alegou que não dispunha de estrutura para assumir aquela responsabilidade, a Associação dos Escoteiros, que já fizera isso em 1932, também alegou que no momento não estava preparada pra assumir aquela responsabilidade. E assim feitas várias consultas, nenhuma entidade, nenhum órgão, nem mesmo o governo, tinha condições de atender. Eu era repórter, tinha meus 20 anos e na falta de quem assumisse aquela tarefa, eu me propus a assumir. E os presentes aceitaram, eu acho, porque na falta de outros... Com autoridade do governo eu saí, convoquei funcionários, e passei a convocar os próprios flagelados para uma reunião naquela noite, no local que eu escolhi, ali... providenciei o transporte de todos para aquele local, que era distante da cidade, e ali disse a eles que o governo estava pronto pra ajudá-los, a sociedade também, mas que eles precisavam se ajudar... Então eu propunha que todos me ajudassem a construir barracas, onde eles seriam alocados e teriam alimentação. E conforme as possibilidades, iríamos tentar colocar alguns, o maior número possível, em Natal mesmo, e na área úmida, próxima a Natal, não sujeita a seca. Trabalhamos a tarde toda, comprei palha, madeira... Trabalhamos a tarde toda, a noite inteira, o dia seguinte todo, a noite toda. E no segundo dia, com a própria colaboração dos flagelados, nós tínhamos condições de abrigar cerca de dez mil pessoas. Convoquei senhoras e moças da sociedade, as freiras do... irmãs de caridade, organizamos ali todo o serviço de assistência alimentar, e também com algumas delas, o registro de cada pessoa, de cada família, as habilitações; de modo que já no quarto ou quinto dia, comecei a oferecer às donas de casa, pessoas (cozinheiras, copeiras) e comecei a entrar em entendimento com os prefeitos da zona úmida, para que pudessem receber... receber flagelados, atendendo à sua necessidade e também à necessidade de mão-de-obra daquela região. Este trabalho durou do mês de abril até o mês de janeiro de 1943, quando as chuvas voltaram, e aí nós providenciamos para cada família passagem de trem ou de caminhão, providenciamos uma cesta de alimentos para uma, duas ou três semanas, providenciamos sementes para que eles

plantassem nas suas terras, e... foram todos voltando. Dentro de um mês e pouco nós já tínhamos feito muito deles, quase todos, voltarem. Mas aí sobrou um problema... Ficaram cerca de 50 e tantas crianças, meninos e meninas, que não tinham pra onde ir. Os pais tinham viajado pro Sul em busca de empregos, de oportunidades; outros tinham morrido, outros tinham largado... Fiquei com aquelas 50 e tantas crianças, e aí apresentei ao governo do estado um plano de criação do Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social (SERAS), que passaria a dar assistência a menores de ambos os sexos, abandonados... O governo aprovou o plano, e eu fui designado para executor do plano. Aluguei uma casa na cidade, e ali: fiz o primeiro abrigo de menores, Abrigo de Menores Melo Matos.

LO - Em qual governo o senhor passou a ser diretor do SERAS?

AA - Passei a ser diretor... no governo Rafael Fernandes... Então, eu era solteiro, tinha 22 anos, passei a morar no próprio abrigo para dar uma maior assistência, e ali recolhi os menores de sexo masculino, instalei oficinas (oficina gráfica para aprenderem tipografia, oficina de sapataria, oficina de marcenaria), e ali se fez o primeiro abrigo de assistência ao menor do Rio Grande do Norte. Ficaram as meninas... Fui a Estremões, é uma cidade próxima a Natal onde estavam as Irmãs do Amor Divino, que anteriormente haviam dirigido em Natal o Orfanato Padre João Maria. Esse orfanato desaparecera e as freiras, que tinham na época uma propriedadezinha na cidade de Estremões, foram pra lá morar, à espera de uma nova missão da sua congregação. Convidei-as a discutir comigo o problema. Elas aceitaram, e nós organizamos então o Instituto Padre João Maria. Este instituto começou em Estremões, na própria propriedade das freiras; fiz construções provisórias para colocar ali as meninas que sobraram da seca. Nessa altura se criava a Legião Brasileira de Assistência (LBA), para cuidar da... de assistência às famílias dos ex-combatentes. Pela atuação que eu estava tendo, fui convidado a organizar a legião, e eu aceitei dizendo que estabelecia uma condição: que a legião me ajudasse na construção do abrigo de menores para meninas e já então também na construção do Instituto de Velhice, asilo de velhice para mendigos que viviam nas ruas de Natal. A legião aceitou a minha condição; eu assumi a direção da legião...

LO - O senhor assumiu logo a presidência? O senhor começou primeiro como secretário?

AA - Secretário... E eu nunca fui presidente, que presidente era sempre a mulher do interventor, do governador... Então eu era o secretário, mas realmente é quem tinha toda a parte executiva. E aí eu comecei a dirigir a legião é... dando assistência às famílias dos ex-combatentes e ao mesmo tempo, aparelhar o Instituto Melo Matos, o Abrigo Melo Matos, com oficinas, com serviços de hortas, assistência à agricultura etc., a construir o Instituto João Maria para meninas, e próximo a ele o Abrigo da Velhice, com a colaboração da prefeitura municipal da época...

MC - A LBA era um órgão federal?

AA - Não, era uma instituição particular... ainda não estava ligada à Previdência Social. Então, com isto, eu assumi realmente a maior responsabilidade no que toca aos problemas de assistência à velhice, assistência ao menor, o que não existia em Natal nem no Rio Grande do Norte. Nenhum abrigo de velhice, nenhum abrigo pra meninas, nenhum abrigo pra meninos.

Aí eu criei um Centro de Estudos Sociais, que promoveu a I Semana de Estudos Sociais de Natal, levando a Natal Rodolfo Aranha dos Anjos, Juiz de Menores de Recife, grande figura, dedicado a estes problemas, René Ribeiro, psiquiatra... E a minha ideia foi primeiro despertar a sociedade de Natal para o estudo destes problemas; segundo, despertar o governo para a necessidade da criação de um Juizado de Menores; e terceiro, com eles orientar, com a participação do médico local João Machado, a criação da primeira clínica de conduta, no Instituto João Maria e no Instituto Melo Matos, para examinar os problemas de comportamento dos menores, e não fazer um simples internamento de menores.

Isso foi me levando, assim, a outras iniciativas... Inclusive eu comecei a sentir a necessidade de... de serviço social propriamente. Comprei um livro sobre serviço social, de Izolina Pinheiro, o livro Serviço Social. Li o livro, organizei então o primeiro curso de visitantes sociais, e com esse curso de visitantes sociais eu comecei a interessar pessoas nesses problemas. Desse curso resultou... Bom, nessa altura então, eu fui convidado pela Legião [Brasileira de Assistência] - lá nesse tempo dirigida por Dona Darcy Vargas - a vir ao Rio de Janeiro, pois ela queria me conhecer. Tinha boas notícias assim da... dos planos que eu estava realizando, e como a [Segunda] guerra [Mundial] estava terminando e ela pretendia transformar a Legião para obtenção de recursos etc... E aí conheci o Instituto Social do Rio de Janeiro e a Escola de Serviço Social de São Paulo, e mediante entendimentos com ela, criei a Escola de Serviço Social do Rio Grande do Norte.

LO - Lembra em que ano foi isso?

AA - Mas... 1944. Essa escola eu criei alugando uma casa, levando de São Paulo uma assistente social, que seria monitora da escola, e levando do Rio [de Janeiro] a outra assistente social, que seria a outra diretora da escola... A do Rio chamava-se Lígia Loureiro e a de São Paulo Selma Barreto, que foram contratadas pra ficar dois anos em Natal, enquanto eu mandava de Natal para São Paulo e para o Rio duas moças que fariam os cursos, é... após os quais voltariam pra dirigir a escola. Mandei para o Rio [de Janeiro] Margarida Figueira, mandei para São Paulo, Alice Pinheiro. E elas formaram-se no Rio e São Paulo, voltaram para render, vamos dizer, a paulista e a carioca que estavam lá, assumiram a direção da escola. E a escola passou a ser orientada pelo Centro de Estudos Sociais do qual eu era presidente.

Bom, nessa altura vem a redemocratização, já em 1945... A escola funcionando, o Instituto João Maria funcionando entregue às Irmãs do Amor Divino, o Instituto Melo Matos funcionando, o Abrigo da Velhice funcionando... Foram inaugurados, se eu não me engano o João Maria e o da Velhice foram inaugurados no mesmo dia, 19 de abril de 1944. Por sinal, no meio de um acontecimento muito desagradável. O Bispo D. Marcolino Dantas, que ia benzer as instalações, ao se encaminhar pra lá, seu carro teve um acidente e ele quebrou as pernas, e toda a festa que se ia fazer foi suspensa e tal... Mas os institutos passaram a funcionar. Com isto eu fiz uma campanha que deu excelente resultado, que foi de deixar Natal sem um mendigo na rua, sem um menor abandonado na rua... não através da polícia, mas através de comissários de menores e de assistentes sociais... Qualquer mendigo ou qualquer menor que fosse encontrado, era recolhido a um dos estabelecimentos e ali assistido. Muitos não queriam ficar internados, queriam ficar pedindo; então fugiam, iam pra João Pessoa. Mas Natal ficou durante muitos meses de 1944 e 1945, uma cidade onde não havia uma pessoa pedindo esmola, nenhum menor abandonado.

LO - O senhor nasceu em Angicos, em 1921, não é?

AA - Em Angicos, em 1921...

LO - O senhor foi um menino pobre?

AA - Fui... pobre, quer dizer, sempre fui, como sou... Mas meu pai era comerciante, e tinha assim no meio... da cidade, era talvez o maior comerciante. Mas comerciante... maior comerciante em Angicos é uma pessoa pobre. E vim pra Natal estudar, e como meu pai não podia prover meus estudos sozinho, porque tinha... eram nove filhos! Eu então estudava e trabalhava em jornal. Ele me ajudava, financeiramente... me dava hospedagem, mas eu trabalhava em jornal. Houve momento em que eu trabalhava, eu estudava da seguinte maneira... trabalhava da seguinte maneira... o colégio começava às 8:00h, eu trabalhava no jornal *A Razão* às 6:00h da manhã. Eu ia pra lá, trabalhava até 7:50h; depois ia pro colégio, estudava até 11:00h; depois vinha pro jornal, ficava até 1:00h; depois ia pro colégio à 1:00h; saía às três e meia, aí almoçava, ia pro jornal, saía às sete da noite... e dava dois serões por semana, até... a noite inteira, no jornal matutino *A República*. Como eu precisava de dinheiro, então eu dava, eu vendia as outras noites aos companheiros que não queriam trabalhar à noite. Tanto é que durante muitos meses, eu trabalhava dormindo só uma vez por semana, que era de domingo pra segunda-feira, e durante o dia de domingo também. À tarde de domingo eu dormia, porque nas outras noites eu cumpria os meus dois horários, meus dois serões, e meus colegas que não queriam trabalhar à noite me pagavam pra eu trabalhar por eles.

Bom, mas então eu tive assim sempre uma vida de trabalho e ao mesmo tempo de estudo. Mas voltando à atividade social ...

MC - Só um instantinho, antes do senhor continuar... A que o senhor atribui essa tendência a entrar nessa área social?

AA - A um episódio muito anterior a este. Meu pai era prefeito de Angicos em 1932... seca... e eu era menino de 11 anos. Em determinado momento a cidade se encheu de flagelados. Uma noite, depois de jantar, quando nos saímos, sempre havia aquelas rodas nas calçadas da minha casa, onde os amigos todas as noites iam para lá, ficava aquela... 15, 20 pessoas conversando e tal. Tava a cidade cheia de flagelados na rua, pedindo comida. Meu pai mandou abrir o comércio, comprou por conta da Prefeitura, feijão e arroz, pão e distribuiu àqueles flagelados. E ele... estava construindo um mercado que hoje existe, o Mercado da Cidade, mas estava em construção ainda o mercado e então ele abrigou essas pessoas lá, e chamou pessoas é... donas-de-casa e tal, e ali improvisou a cozinha para aquelas pessoas.

E no meio da noite, eu fui ajudar... eu era menino, fui ajudar aquele trabalho de arrumar, organizar, botar menino pra dormir lá, separar as famílias e tal... No meio da noite, cerca de dez, 11 da noite, nós ouvimos assim um grito de mulher. Corremos pra lá e ali, eram cerca de 200 pessoas que estavam ali se abrigando e ali eu assisti um quadro que me marcou muito. Esta mulher enlouqueceu e esganou o próprio filho... o filho parece que estava chorando, chorando e ela esganou e matou o filho, e enlouqueceu... Tivemos que levá-la pra cadeia, não tinha onde botar uma mulher louca na cidade... dentro da cidade. Ela ficou na cadeia agarrada com o filho; tivemos que tirar o filho pra enterrar, no dia seguinte de manhã... E aquilo me marcou muito. Quando em 1942 eu vi que as organizações de Natal e o próprio governo não estavam aparelhados pra atender... na minha ideia, aquela coisa de cidade de Natal cheia de flagelados, me evocava aquele episódio da infância. E quando eu vi que não tinha ninguém que cuidasse, eu me ofereci,

como repórter, me licenciiei do jornal, e fui cuidar exclusivamente daquela assistência... Bom, então eu...

MC - Nesse período o senhor estava já na faculdade?

AA - Não! Não, eu estava, estudava em Natal, ainda.

MC - E lá não tinha ainda...

AA - Não tinha faculdade nenhuma. Eu vim estudar depois em Alagoas, que Natal não tinha, Recife exigia frequência e eu não podia... o meu emprego era em Natal, eu não podia frequentar. Como Alagoas facilitava, eu passava uma semana por cada mês, vinha me preparar para as provas mensais e passava as outras três semanas estudando em Natal. Fiz o curso assim. Mas no primeiro ano, no primeiro ano de Direito, eu fui eleito deputado federal, e tive que vir para a Constituinte, em 1946. Mas antes disso, voltando à atividade social...

MC - Só uma pergunta a mais... quando o senhor estava nesse trabalho de assistência, que o senhor estava fazendo em cima dessa seca que houve lá, havia já instituições previdenciárias em Natal?

AA - Havia os institutos de previdência...

MC - Já existiam?

AA - É, mas eu não tinha nenhum contato com eles, não é? Os institutos foram em... a seca foi em 1942, os institutos são anteriores a isto. Mas eu não tinha nenhum contato... eu tive, entrei no problema assim, inesperadamente. Talvez mais pela evocação daquele episódio da infância. Aí, eu estava então com as seguintes instituições sob a minha orientação: Abrigo de Menores Melo Matos, com a clínica de conduta, com as oficinas etc.; Instituto Padre João Maria, já funcionando com as freiras e com o coro orfeônico, que já era requisitado pras festas de Natal e já... e não eram colégios de internatos só! As meninas eram internas, ou semi-internas, ou externas, conforme as condições familiares, e muitas delas frequentavam os colégios públicos, já faziam o curso do colégio público e moravam no instituto... eram instituições mais abertas. O Abrigo de Velhice Jovino Barreto, para velhos... A cidade sem mendigos e menores abandonados, a Escola de Serviço Social funcionando, formando a primeira turma. O Centro de Estudos Sociais promovendo debates dos problemas etc. Nessa altura, reabre-se o problema político no país, com a democratização em 1945 e eu sou solicitado pelo antigo chefe político do estado, Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros telegrafa a meu pai, e Dinart Maris, que depois foi senador, foi meu correligionário, meu adversário, e hoje eu apóio o filho dele pra senador... me telegrafaram, dizendo que estavam se organizando politicamente e íamos ter a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, e me convocaram pra participar. Eu aí achei que devia participar da luta contra, pela volta do país ao regime democrático. Então renunciei a todas essas tarefas, entreguei a Escola de Serviço Social a Dom Nivaldo Montes, hoje Arcebispo de Natal, naquele tempo assistente da Juventude Feminina Católica, entreguei o Centro Social, de Estudos Sociais, a Oto Guerra, líder católico, diretor do jornal lá, *A Ordem*, e que era vice-presidente, entreguei o Abrigo de Menores a Orígenes Montes, irmão de Dom Nivaldo. O Instituto João Maria estava com as Irmãs do Amor Divino, e entreguei o Abrigo da Velhice às irmãs de caridade... Depois de

organizar tudo isso, eu então me envolvi na campanha política, e saí candidato a deputado federal, com 22 anos de idade, 23 anos de idade, e estudante de Direito, primeiro ano de Direito... Fui eleito e vim para o Congresso, para a Assembleia Nacional Constituinte...

MC - Eu queria fazer uma pergunta em relação a essa entrada do senhor na política propriamente dita. O senhor teve contato com a Dona Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas...

AA - É...

MC - Mas o senhor foi se candidatar por um...

AA - Pela UDN [União Democrática Nacional] ...

MC - Pela UDN, que era contra a política...

AA - Era... porque eu tinha... eu tinha assim, precedentes anti-Estado Novo, não é? Em 1937, eu tinha 16 anos, bom, e apoiei a candidatura de José Américo mais porque era figura do Nordeste, e tal e coisa... Veio o Estado Novo, veio o golpe de estado, e eu tive dois problemas: o primeiro é que Dr. José Augusto, que era muito amigo de meu pai, a cuja política meu pai pertencera antes de 1930. O Dr. José Augusto conseguia mandar para o Rio Grande do Norte através do Instituto de Proteção à Infância, que recebia donativos de mate... (do Instituto Nacional do Mate). Ele conseguia na carga do mate, porque ele era amigo do presidente Generoso Ponce, do Mato Grosso, que era o presidente do Instituto do Mate...

Ele conseguiu mandar uns boletins com a carta-aberta de Otávio Mangabeira, exilado nos Estados Unidos, contra o Estado Novo... e me avisou pra eu ir buscar esses boletins e distribuir. Eu recebi os boletins, e à noite juntei mais uns dois ou três colegas e saí pregando os boletins nas ruas de Natal, e distribuindo debaixo das casas... Eu estava atrás da catedral, pregando, quando a polícia me apanhou. Me levou pra chefia de polícia e lá fiquei a noite toda, a madrugada toda. Mas no dia seguinte tiveram que me soltar, pois eu era menor de idade. Então mandaram chamar meu pai, advertiram, aconselharam e tal. Bom... esse o primeiro. Meu pai só chegou à prefeitura, pela seguinte razão: ele era do regime decaído, em 1930. Ele era presidente da intendência, mas ficou debaixo. Portanto, em 1930, quando chegou a revolução, ele estava no exercício interino, o prefeito estava viajando, ele estava no exercício. Foi deposto nessa noite, na noite de cinco ou seis de outubro, depois da revolução. E, quando foi em 1932, crises políticas, nomeações de prefeitos lá no município, e que não davam certo, e brigavam. Então, o depois Presidente Ernesto Geisel era secretário-geral de estado, e estava na interventoria do estado, então mandou lá um irmão do interventor, Aluísio Moura, que estava viajando, e o oficial do Exército Paulo Cordeiro, que era chefe de polícia, para ver se encontrava uma forma de apaziguar o município, que reagia contra os prefeitos nomeados, prefeitos de fora... Ele reuniu os 13 comerciantes da cidade, e entre eles meu pai, e por voto secreto pediu que os comerciantes indicassem um prefeito, e meu pai teve 12 dos 13 votos, só ele só não teve o dele. Criou-se um problema, que era um prefeito decaído, mas o Geisel disse: "Não, já que eu mandei escolher por voto secreto, e a sociedade escolheu, vai ser ele". Mas os adversários de meu pai não se conformaram em ver um decaído, nomeado depois prefeito pelo regime revolucionário. Quando veio a Revolução de 1932, meu pai estava no armazém de Fernando Pedrosa, pai do depois Governador Sílvio Pedrosa, examinando no mapa do Rio Grande do Norte, onde localizar um... meu pai era comprador de algodão,

onde localizar uma usina de algodão, e com base de que ele estaria examinando o mapa do Rio Grande do Norte pra fazer um levantamento, é... político, um levante...

Fita 1 - Lado B

... preso juntamente com vários outros "conspiradores", chamados conspiradores. Trabalhadores, médicos, oficiais de polícia... Ficaram 30 dias presos. Bom, mas aí era uma denúncia tão inverídica que, embora ele se simpatizasse com a revolução, o dono da casa, o Fernando Pedrosa, que estava com ele, não sofreu nada. Ele é que sofreu... Na realidade, era só um pretexto para afastá-lo da prefeitura. Então eu tinha esse precedente político, e quando se deu o Golpe de 1937, um ou dois dias depois eu entrei na aula, no Colégio Santo... eu fazia o terceiro ou quarto ano ginasial, e tinha um padre lá, que era muito salazarista. E então eu cheguei atrasado, dez ou 15 minutos depois da aula começar, ele então mandou que eu entrasse, e virou-se pra mim e disse: "O senhor..." Ele tinha acabado de explicar lá uma lição e tal... Aí mandou que eu fosse ao quadro-negro, e queria que eu fizesse cálculos de matemática, com base naquela lição que eu não tinha assistido. De modo que eu disse: "Isso aí eu não estudei ainda..." Ele disse: "Mas o senhor não estudou porque naturalmente estava politicando por aí..." e tal e coisa, que eu vivia nesse negócio... "Mas isso agora vai acabar... O senhor tem que estudar porque agora o Brasil tem um regime sério" e tal, e tal e coisa... Eu aí disse: "Regime sério nenhum!... O senhor diz isso porque é um salazarista e tal... (risos) e ditador, fascista" e tal e coisa. Ele me botou pra fora da aula e aí criou-se um problema pro colégio... O irmão Ambrósio, que era muito apaziguador, mandou chamar meu pai e disse que o irmão que me expulsara tava me dando zero agora em todas, e que eu ia ser reprovado. Aí meu pai fez um acordo: eles me aprovariam e eu sairia do colégio no fim, faltava um mês, dois meses, e aí eu por causa da prisão também, por conta dos boletins, o chefe de polícia era amigo de meu pai e aconselhou-o que eu me contivesse; e aí eu resolvi passar um ano no Ceará... Dr. José Augusto estava lá, trabalhando, na Equitativa, não é? Ele, depois de fechado o Congresso, conseguiu um lugar de inspetor da Equitativa com sede no Ceará, e eu fui lá trabalhar com ele. Então eu tinha esses precedentes políticos.

Quando foi em 1945, então entrei na campanha do brigadeiro. Vim aqui, vim ao Rio, expliquei já então a D. Alzira, que era quem estava na presidência. Ela lamentou muito, insistiu muito pra eu continuar e tal... Depois eu fui procurado pelo General Mendonça Lima, que era Ministro da Viação, mandou me chamar, e certamente ele não sabia nem que eu estava no Rio, nem me conhecia; eu acho que foi D. Alzira quem... quem promoveu.

Ele então me ofereceu criar um lugar de diretor de assistência social do Ministério da Viação e eu seria nomeado em caráter efetivo diretor pra organizar todo o serviço de assistência social. E eu recusei... Disse que não queria e voltei pro estado, e fiquei na oposição, e fui então candidato a deputado federal... Aí saí eleito para a Assembleia Constituinte.

Na Assembleia Nacional Constituinte, e por conta até destas preocupações, tive uma atuação voltada para os problemas sociais. O meu discurso de estreia foi sobre a política de proteção à maternidade e à infância... repouso semanal remunerado, discuti vários problemas... Elaborada a Constituição, convertida a Constituinte em Congresso Ordinário, e constituídas as comissões, eu mesmo escolhi a Comissão de Legislação Social, e fui pra lá. E começaram a surgir os primeiros projetos sobre a Previdência Social, que eu nunca tinha estudado. Minha atuação era de assistência social, serviço social e eu

fui designado relator dos primeiros projetos de reforma da Previdência Social, mas projetos parciais. E... mas era de tal número a iniciativa de modificações na Previdência Social, que eu terminei achando que o melhor era juntar todos aqueles projetos e fazer uma Lei Orgânica da Previdência Social.

Procurei então Alim Pedro, que era presidente do IAPI [Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários]; procurei Moacir Cardoso, que era diretor do Departamento Nacional da Previdência Social; procurei o pessoal do IAPC [Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes], e fizemos um grupo de trabalho. Era Moacir, Celso Barroso Leite, Sílvio Pinto Lopes, um atuário que morreu há pouco tempo, é... Tomás Raposo... vários...

MC - Severino Montenegro também, não?

AA - Severino Montenegro muito ligeiramente... muito ligeiramente... Geraldo Batista... vários. Fizemos, então, uma série de debates, de estudos, endereçamos à Fundação Getúlio Vargas...

LO - Isso já não era uma segunda versão dessa Lei Orgânica? O senhor não apresentou antes uma...

AA - Não!... Não e fizemos o primeiro projeto... Apenas o primeiro projeto. O primeiro projeto era a unificação dos institutos; unia todos os institutos num só, no Instituto de Seguro Social, mas esse projeto morreu na Comissão de Legislação Social, porque a oposição do governo foi forte. E foi forte porque o PTB [Partido Trabalhista Brasileiro] tinha nesse tempo a direção dos institutos e não queria perder... aqueles lugares. Cada instituto tinha três, quatro diretores, tudo indicado pelo PTB. Não quiseram, eles não queriam perder esses lugares. Então, começaram os entendimentos políticos... "Não, o Plano de Benefícios está muito bom, o Plano de Custeio está muito bem feito. Agora, a parte administrativa o governo não concorda"... Então eu concordei em fazer um novo projeto, sem tocar na parte administrativa, mantendo a autonomia dos institutos. E assim foi, fizemos a discussão, depois veio para o plenário, muitas emendas, e desse trabalho resultaram algumas publicações interessantes... Com a Fundação Getúlio Vargas eu fiz Previdência Social no Brasil e no Estrangeiro. Eu escrevi para uma editora... Ipê, até com prefácio de Carlos Lacerda, um livro sobre a Previdência Social no Brasil, aliás, nem possuo também o outro. Eu tive na época, foi publicado, até ganhei algum dinheiro, vendeu muito essa Previdência Social no Brasil, editado pela Ipê. Mas eu não possuo nenhum exemplar... me lembro que o prefácio eu pedi a Carlos Lacerda, que nessa altura também já era redator-chefe da *Tribuna da Imprensa*, no Rio. Bom, mas o projeto ficou encalhado, ia pra comissão, não saía...

LO - O senhor lembra de um projeto de um colega seu, Deputado José Augusto, do Rio Grande do Norte, que tinha plano prevendo já a participação dos trabalhadores nos órgãos administrativos?

AA - Tinham muitos projetos, vários projetos desses... Zé Augusto, era esse meu chefe, mas esse projeto, aliás, não era dele. Esse projeto foi feito pelo filho dele, Manoel Godói, que era procurador do Instituto de Previdência no Rio Grande do Sul, se eu não me engano, dos marítimos, e preparou pra ele... Quis me apresentar; eu digo: "Não, mais fácil o seu pai apresentar, porque eu já sou relator, vai para as minhas mãos..."

MC - Como é que se deu esse contato do senhor com essas autoridades, do Alim Pedro que era presidente do IAPI... Como é que foi?

AA - Não, eu procurei, era relator, me apresentei, disse que era relator, estava com vários projetos, e queria conversar com os institutos pra ver a experiência deles, a colaboração. E então dei as minhas ideias. Eles me disseram o que estava certo, o que estava errado. O Moacir Veloso coordenou então o trabalho, fazia uma comissão pra me dar assessoria, e aí nós ficamos trabalhando juntos...

MC - Uma outra questão é a seguinte: o senhor tem um projeto que é... vai contra toda uma estrutura da Previdência existente na época. O que foi que informou o senhor no sentido de criar uma estrutura previdenciária diferente...

AA - Aí foi o projeto antigo de João Carlos Vital quis, quisera já substituir todos os institutos pelo Instituto Nacional de Seguros Sociais...

LC - ISSB... Instituto de Serviço Social...

MC - Brasileiro... Social Brasileiro...

AA - É... mas não foram adiante. Então eu tomei conhecimento desse estudo, que aí eu passei a estudar o porquê que era Previdência Social, seguro social no Brasil, no estrangeiro, em vários países. Eu passei a estudar, eu tenho biblioteca sobre o assunto, e estudei, fiz muitas conferências, muitos debates, muitos programas de rádio, muitos programas de televisão e passei assim a estudar o assunto, e achei que a melhor solução era a unificação, porque era uma solução mais racional, mais econômica; evitava aquela politicagem que existia nos institutos etc.

MC - Mais uma interrupção..., mas o projeto do ISSB era... estava respaldado pelo Getúlio Vargas...?

AA - É, exato, mas eu achava que poderíamos, no Congresso, conseguir a vitória... e conseguir... se dependesse do voto do Congresso, o projeto original seria aprovado.

MC - Mas parece que, por exemplo, o senhor está dizendo que o PTB se colocou contra...

AA - Só o PTB...

MC - A UDN estava...

AA - A UDN apoiava integralmente o projeto...

MC - Integralmente o projeto?

AA - É... e do PSD [Partido Social Democrático] muita gente apoiava. Eu acho que se nós fossemos pra votação, nós ganharíamos com aquele projeto...

LO - Mesmo a primeira versão?

AA - Mesmo a primeira versão, mas aí... o que eu tinha é o seguinte: não adiantava ganhar a batalha, porque quando chegasse na hora do Senado, onde o governo tinha uma maioria maior, o governo derrubaria ou mesmo se o Senado aprovasse, o presidente poderia vetar... Então eu fui conversando com as lideranças do governo, fazendo as modificações na área administrativa... porque todos eles achavam muito bom o projeto, o Plano de Benefícios, o Plano de Custeio... todos achavam bom... toda a outra parte, mas quando chegava na parte administrativa, que era a parte política, aí vinham as dificuldades.

MC - O senhor acha que só o PTB é que era contra o projeto?

AA - É o governo... era o governo. No caso do [Eurico Gaspar] Dutra, do governo Dutra, era o PTB dizendo que se o governo apoiasse aquele projeto, o PTB rompia, aí o Dutra chamou os líderes que eram o Augusto Torres; quer dizer, o Augusto Torres era o líder, e me chamou e disse: "Olha Aluísio, nós não podemos dar prosseguimento ao projeto, eu vou mandar encontrá-lo aí, pedir visto a todas as comissões e apresentar emendas; também há tempo que o PTB está ameaçando romper com o governo, e o presidente não pode perder o apoio do PTB".

MC - Mas parece... não havia também lideranças sindicais que se colocavam contra? Diversos institutos, que não eram necessariamente ligados ao governo...

AA - Pelegos, não é? Pelegos... ligados, mas sem maior força no meio operário, onde eu fiz várias conferências em sindicatos, sempre com muitos aplausos para o projeto. Agora, o pessoal mais ligado ao PTB, os pelegos assim e tal, é que se opunham. Então, passava todo o reduto e eu não consegui levar o projeto adiante, pela pressão do PTB...

LO - O senhor ainda como relator?

AA - Eu como relator, fui relator a vida toda do projeto. Parece que foi, ficou nove anos, dez anos zanzando... eu lutando, mas não tirava. Quando eu conseguia tirar de uma comissão, pediam visto de outra comissão, até que um dia, já no governo Getúlio [Vargas], o [Gustavo] Capanema, que era líder do governo, me chamou. Gostava muito de mim, me chamou e disse: "Olha, ô Aluísio, seu projeto é muito bom, seu trabalho está muito bem feito. Agora, eu quero dizer o seguinte: o presidente não quer que se aprove o seu projeto, porque você é da UDN e ele acha que a Previdência Social é uma bandeira dele, é bandeira do PTB, que ele não quer transferir pra UDN...", "Mas qual é a solução então?", eu disse. "A solução seria nós pedirmos vista do projeto a uma comissão e essa comis... e lá ser nomeado um ... um relator do PTB. Ele apresentaria um substitutivo ao seu projeto, e aí seria aprovado..." "Eu aceito..."

Mas já tinha dado a todas as comissões pertinentes. Então descobriu-se a Comissão do Serviço Público, disse que o governo designou o Batista Ramos para a Comissão de Serviço Público; o projeto foi então requisitado pela Comissão de Serviço Público, o Batista Ramos foi designado relator, e de acordo comigo, apresentou um substitutivo ao meu projeto... e ele como relator e de acordo comigo, fazendo pequenas modificações só pra justificar o substitutivo. E então veio um projeto para discussão na Câmara. Eu combinei com o Capanema que ficaria à distância das discussões, e o Batista Ramos assumiria a liderança do andamento do projeto, quando ali aconteceu uma coisa inesperada. O Batista Ramos não conhecia o problema, tinha sido requisitado politicamente pra ser relator daquele projeto, não estava a par das soluções, e começaram os debates, e começaram as emendas nas primeiras discussões em plenário, e ele não

estava em condições de responder, porque não estava estudando aquele problema muito... É um sujeito inteligente, de muito valor, muito equilibrado, mas não era... não vinha estudando... E eu vinha com oito ou nove anos estudando aquilo... Aí foram obrigados a me chamar pra defender o projeto de Batista Ramos e eu passei a discutir o projeto de Batista Ramos no plenário, depois levei pro Senado. Lá, quem orientou politicamente no Senado todas as discussões fui eu, junto aos senadores, indicando as soluções; porque se fazia isso, porque se fazia aquilo, e embora o projeto aprovado tenha sido do Batista Ramos, na realidade ficou conhecido como Lei Orgânica da Previdência Social, Lei Aluísio Alves que era o meu projeto, com pequenas modificações pra aquela finalidade e defendido por mim em plena cordialidade com Batista Ramos. De acordo com ele. Ele me levava as emendas, eu recebia, dava um parecer; eu ia pro plenário quando ele era interpelado, eu ajudava nas discussões. E assim terminou a Lei Orgânica da Previdência Social.

LO - Ministro, eu queria voltar um pouquinho... O senhor falou que o seu projeto teve pequenas mudanças. Agora, o projeto inicial do senhor, de 1947, ele incluía também os rurícolas, os trabalhadores agrícolas e as empregadas domésticas... Como é que se deu essa retirada?

AA - É porque o governo disse que não tinha condições. Primeiro não havia uma estrutura rural, de registro dos trabalhadores e ia haver muito abuso, muita fraude; nem havia como eles contribuírem. Por outro lado, também as empregadas domésticas, pela mobilidade. Entravam numa casa, passavam três dias, saíam, passava um mês, saíam e tal, era muito difícil organizar. Então o governo achou que se eu insistisse em incluir naquela fase as domésticas e o trabalhador rural, o projeto não podia ter andamento. Aí eu concordei. Eu quis tornar o projeto o mais viável possível, não é?

LO - Enquanto o senhor esteve na Comissão de Legislação Social, que foram submetidos ao senhor...

AA - Mais... não, muito mais. Quase 200... Eu era o relator de todos...

LO - É, cinco foram aprovados, ou quatro. Os outros...

AA - É... porque muitos deles foram incorporados à Lei Orgânica. As soluções preconizadas por eles, eu incorporei na Lei Orgânica. A Lei Orgânica resultou também daqueles projetos apresentados...

LO - O senhor acha que a UDN tentava preservar pra si, é... essa liderança, na questão trabalhista?

AA - Não! Não... A UDN me apoiava, porque eu era da UDN, mas a UDN nem se interessava realmente muito pelo projeto...

LO - O senhor acha que o senhor não era um representante típico do ideário da UDN, naquele momento?

AA - Era, mas a UDN, não... nunca teve... a UDN era liberal, compreende? A UDN era mais uma mensagem política, sem muita preocupação pelos problemas sociais. Agora, também quando aparecia um deputado interessado... Paulo Salazar se interessava pelo

repouso semanal remunerado, ela apoiava porque era Paulo Salazar. Eu pela Previdência Social... ela apoiava porque era Previdência Social... Eu tive até um problema sério nessa época, quando um dia eu fui designado relator na Comissão de Legislação Social do projeto que prorrogava por mais cinco anos a transferência para a Previdência Social, do seguro de acidentes de trabalho. Eu tenho até um livro publicado, também não possuo. Esse livro foi publicado na época, eu não possuo nenhuma dessas coisas... Então, chegou lá, eu dei um parecer contra a prorrogação e mandando que a Previdência Social encampasse o seguro de acidentes do trabalho. Mas as companhias de seguros fizeram uma pressão terrível, não é...? E foram para o plenário, através de vários deputados, para derrubar o meu parecer. Nessa altura, eu fui pro plenário e disse que ali a luta não era por uma melhor ou uma pior Previdência Social, a luta era, as companhias de seguro faziam do seguro de acidente de trabalho uma fonte de renda ilícita, abusiva e tal e coisa. Estavam querendo é... ganhar dinheiro lá... Fiz uma denúncia pública. Agamenon Magalhães estava me ouvindo no plenário, levantou-se e me deu apoio. E eu então depois do meu discurso, vi que nós íamos perder no plenário... o plenário estava todo preparado, inclusive a UDN, grande parte da UDN votava contra os acidentes de trabalho na Previdência. Aí, a UDN não era por pressão só das companhias, é que a UDN era anti-estatizante e a solução de transferir o acidente de trabalho para os institutos do governo. Era uma solução estatizante... Na base disso, a UDN se opunha. Aí nós resolvemos... o Agamenon requereu a volta do projeto à Comissão de Constituição e Justiça. Voltou, e lá com ele nós fizemos um trabalho grande, provando que a melhor solução para o país era aquela e eu fiz vários discursos e terminei ganhando a parada, e transferindo para a Previdência Social os acidentes do trabalho.

Então, eu fiquei sempre envolvido assim nesses problemas de previdência, de seguro. E aí comecei a fazer conferências, fazer debates, estudei toda a legislação, o Plano Beveridge, toda a legislação estrangeira na época e tal, todas as modificações de seguros sociais após a guerra. Publiquei vários trabalhos; infelizmente não possuo nenhum, mas várias conferências... Eu me lembro desse livro da Previdência Social no Brasil e no Estrangeiro, fiz com a Fundação Getúlio Vargas esse a Função Social dos Acidentes de Trabalho e vários outros, mas eu não possuo nenhum...

LO - A publicação do Alim Pedro, o senhor credita também, aquela publicação do IAPI, que o Alim Pedro fez sobre a Previdência Social, o senhor credita também ao seu trabalho?

AA - Já sim, foi feito comigo. Eu trabalhei! Muitos daqueles quadros foram organizados por mim, e todo o trabalho foi feito comigo e com o grupo que trabalhava comigo e a Fundação Getúlio Vargas. Todo, todo. Desde o primeiro momento... Agora, aí aprovada a Lei Orgânica, eu aí passei a tratar de outros assuntos.

LO - Um instante!... Em 1947, o senhor se lembra da repercussão da apresentação do Projeto de Lei Orgânica? Houve uma repercussão grande, no plenário e fora do plenário, na imprensa?

AA - Na imprensa sim, no plenário não. O plenário, naquele tempo... o plenário da Câmara estava muito preocupado com problemas políticos. Nós estávamos saindo de uma ditadura, não é? Agora, houve uma repercussão grande na imprensa. Na imprensa, nos sindicatos, no meio empresarial... Eu vim a São Paulo a convite da Confederação... da Federação da Indústria, fazer conferências e debates, fui a vários estados, percorri o Brasil inteiro debatendo a Previdência Social.

MC - É... eu gostaria de voltar à questão da UDN e à questão social O senhor disse que a UDN não era muito...

AA - Não era muito sensível...

MC - Sensível à questão social, mas o senhor está dizendo, por exemplo, que em uma votação, posteriormente, em relação à questão dos acidentes de trabalho, da lei dos acidentes de trabalho, seguros de acidentes de trabalho, serem incorporados pela Previdência, o Deputado Agamenon Magalhães, que o apoiou, e o Deputado Agamenon Magalhães era do PTB...

AA - Não, era do PSD...

MC - PSD? Desculpe. Parece que a UDN nordestina era diferente, não? Da UDN do Centro-Sul...?

AA - Não... não, era a mesma coisa...

MC - O senhor não acha que a UDN nordestina era mais sensível à questão social, até por causa de suas alianças?

AA - Não... não. Ali ela terminou apoiando porque era eu quem conduzia, eu era vice-líder do partido, então exercia uma influência grande na bancada, então era um apoio a um correligionário que estava lutando, mas eu nunca consegui despertar na UDN, assim, uma maior preocupação pelos problemas sociais da época, não... Eram alguns que se interessavam, muito poucos.

MC - Mas como é que o senhor sentia, o senhor dentro da questão social, num partido que não era muito sensível à questão social?

AA - Não tinha problema porque o que me unia à UDN não era a luta pela liberdade, a luta contra a ditadura; quer dizer, nós tínhamos algumas coisas nas quais nós convergíamos. E nas preocupações sociais que eu tinha, ele não era propriamente contra, apenas não se deixava empolgar nem sensibilizar por isso.

MC - Eu gostaria que o senhor tentasse detalhar um pouco mais o que o senhor considerava importante no seu projeto de 1946? Quais os pontos que o senhor achava importante?

AA - Não, eu achava... primeiro, que era preciso fazer um plano de benefícios coerente. Nós tínhamos vários planos de benefícios: dos marítimos era um, IAPC; outro do IAPETC [Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transportes de Cargas] outro que primeiro deveria assegurar direitos e benefícios iguais, primeiro. Segundo, eu achava que o custeio da Previdência Social, se não fosse razoavelmente calculado e bem disciplinado ia terminar por levar os institutos todos à falência, porque a politicagem, aquilo era um feudo do PTB, o empreguismo, as negociações e tais outras... Então isso me preocupava também... Terceiro eu achava que toda aquela estrutura era monstruosamente demasiada... demasiada... sendo que havia funcionários demais, com o governo muitas vezes usando a Previdência Social para obter dinheiro pra várias finalidades que não eram da Previdência Social; mas era o órgão que tinha dinheiro por causa da arrecadação. Eu

achava que o Brasil devia se preparar pra uma fase nova de assegurar, seguro social, segurar a Previdência Social, segurar a proteção em certas horas, uma missão da sociedade que estava nascendo. A sociedade industrial que começava a surgir naquela época, com as primeiras preocupações, companhia siderúrgica, primeiras preocupações com o parque industrial brasileiro.

MC - Mas o senhor deu exemplo de uma empresa que parece recebeu, que recebeu muita injeção de dinheiro da Previdência Social...

AA - Exato. Eu digo o seguinte: o governo usava muito o dinheiro da Previdência para fazer várias coisas. Então, de uma hora para outra, o Brasil teria um parque industrial, com máquinas e prédios comprados com o dinheiro emprestado da Previdência, e não preparava a Previdência para atender aos operários daquelas próprias fábricas. O dinheiro da Previdência estava servindo para comprar máquinas, pra importar máquinas, para construir os prédios, mas não servia para o que devia fundamentalmente, que era a proteção dos trabalhadores daquelas fábricas... Então isso me preocupava também.

MC - Mas parece que naquele momento, o senhor colocou uma preocupação é... atuarial; uma das preocupações era atuarial, mas é num momento em que os institutos em geral estavam bem.

AA - Não! Estava bem o IAPI, estava bem os bancários, estavam praticamente falidos os marítimos o IAPETC e o IAPC.

MC - No início dos anos 45, 46...

AA - Sim, estavam praticamente falidos...

MC - Por que? Por que razão?

AA - Empreguismo, interferência grande da política, das eleições e tudo mais, e falta de base atuarial. Concediam-se os benefícios, fraude já naquele tempo, sem nenhuma base atuarial. O Governo fazia todas as concessões sociais, todas, sem nenhuma base atuarial, não é? E o governo não pagava a sua contribuição e, ao mesmo tempo, aplicava todo o dinheiro da Previdência em prédios, em edifícios, em apartamentos, para atender a negócios ou atender a interesses políticos da época, de sujeitos do governo, e tal e coisa..., não é? Então a Previdência estava marchando pra uma situação de inviabilidade financeira, com exceção do IAPI e do IAPB [Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários], que eram os melhor organizados. Os outros todos estavam péssimos! Eu visitei todos, estudei a situação de todos, a aí achei que era a hora de fazer, de fazer uma previdência com uma base atuarial sólida, tranquila, e que servisse pra todos.

MC - Eu gostaria de, em relação ao seu projeto, como é que se colocava a questão da assistência médica?

AA - Bom, a assistência médica era aquela solução que depois se tornou inviável, reservar 10% dos recursos da Previdência pra assistência médica. Porque sempre eu achei que a assistência médica não era função da Previdência. Função da Previdência era o seguro, o auxílio doença. Assistência médica era uma tarefa assistencial, mas como a... o Ministério da Saúde não estava preparado, os estados muito menos, para prestar assistência médica, e

como na Previdência Social vinha a massa dos trabalhadores que precisavam ter também alguma assistência, então nos destinávamos no cálculo 10% da Previdência para assistência médica, que depois estourou, era pequeno. Foi crescendo, crescendo, e terminou representando muito mais... duas ou três vezes mais do que isso; e isso passou a ser uma das origens da crise financeira da Previdência agravada muitos anos depois, já no governo, acho, [Ernesto] Geisel, quando ele mandou estender sem contribuição dos trabalhadores rurais, a assistência da Previdência à zona rural.

MC - Então o senhor não tinha uma posição, assim, favorável à assistência médica, porque o Ministério da Saúde era fraco de recursos?

AA - É, eu achava o seguinte: enquanto o Ministério da Saúde não se aparelhasse, a Previdência não poderia ignorar o problema que existia com seus segurados, problema de doença, de necessidade hospitalar... Então, fazia-se uma solução dentro da Previdência, esperando que o governo preparasse o Ministério da Saúde pra assumir aquela parte de assistência à saúde, que deveria ser do Ministério da Saúde e não da Previdência. Mas a Previdência não poderia ignorar o problema entre os seus próprios segurados, seus próprios... famílias de segurados precisando de assistência médica. Então, destinava-se 10% dos recursos para aquilo, dando tempo pra que o governo se organizasse para dar assistência à saúde.

LO - Ministro, o primeiro projeto do senhor, o de 1947, previa a criação do SAMPS, não é? O Serviço de Assistência Médica da Previdência Social, um serviço unificado...

AA - É, eu queria criar o SAMPS, para quando o Ministério da Saúde tivesse condições, sair o SAMPS para o Ministério da Saúde. Por isso é que ele se organizava destacadamente, isoladamente. Em vez de cada instituto...

Fita 2 – Lado A

AA - Com aqueles recursos, aqueles 10%, fazia-se o SAMPS. Em determinado momento, o Ministério da Saúde estava em condições de prestar assistência, e, então, o SAMPS simplesmente saíria da órbita da Previdência e passaria para a órbita do Ministério da Saúde.

LO - Agora, na segunda versão, que é de, de 1950, de 1952, já não se fala mais em unificação.

AA - É, é porque o Ministério da Saúde não se preparou, e o governo não tinha dado a menor condição pro Ministério da Saúde se preparar. Então, eu vi que a Previdência tinha que, por muitos anos ainda, arcar com a responsabilidade da assistência médica. Como hoje eu ainda sou favorável que a Previdência Social transfira para o Ministério da Saúde, gradualmente, à medida que ele fosse se preparando, os serviços de assistência médica... (interrupção da gravação)

MC - O senhor estava falando do SAMPS, não é?

AA - É. A minha ideia inicial, organizando o SAMPS, era arrumar uma solução provisória dentro da Previdência para atender àquela situação e, em determinado momento, quando o Ministério da Saúde se organizasse para prestar assistência de saúde em todo o país, então era fácil, era só transferir o SAMPS para a órbita da Previdência Social. Como o Ministério [da Saúde], passados uns anos, o Ministério não se organizava e até se criava a mentalidade de que ele só devia fazer a medicina, vacinação e tal, e não assistência social, eu vi que a tendência era deixar mesmo com a Previdência Social a assistência médica, que era só quem tinha condições de fazer, fora o Ministério da Saúde. Então, já no segundo projeto eu já tirei essa... esse projeto, que era uma fórmula transitória para a transferência ao Ministério da Saúde. Como hoje eu estou, eu continuo achando que a Previdência Social deve transferir ao Ministério da Saúde, gradualmente, à medida que eles se preparem, o serviço de assistência média, ficando só com as perícias para aposentadoria, para o auxílio de doença etc.

MC - Parece que a proposta do Conselho Administrativo, que o senhor tinha no projeto de 1947, gerou muita polêmica, como o senhor mesmo colocou. É... o senhor poderia expor a proposta que o senhor tinha?

AA - Não, a proposta era a unificação da administração. Tornava-se mais racional, mais barata, mais eficiente, não é? Cada instituto fazendo a sua política, a sua administração, a sua luta de recursos humanos etc., mas eu vi que tinha que fazer uma opção: ou eu ia pra uma luta parlamentar, e o projeto era derrotado, ou eu, para salvar o Plano de Benefícios, o Plano Atuarial, o Plano Assistencial da Previdência, transigia nos aspectos políticos, que eram os únicos que interessavam ao governo, que era manter as máquinas administrativas nas mãos dos partidos que o apoiavam. Então, eu transigi.

LO - É... com relação ao seguro de acidentes de trabalho também, ele também estava no primeiro projeto e também saiu na segunda e na terceira versão, não é?

AA - É, o problema é que encontrou uma reação grande, as companhias se mobilizaram. Então, nós resolvemos tirar porque a previdência, o acidente de trabalho, era um objeto de uma lei isolada que dava à Previdência Social o acidente de trabalho. Mas enquanto ela não se organizasse pra isso, ia se dando um prazo de cinco anos para a iniciativa privada transferir; e vinha se prorrogando, de cinco em cinco anos, por força das companhias. Então, se eu levasse aquele problema que tinha contra ela, a força das companhias, se eu levasse para, para a Lei Orgânica, eu submeteria a Lei Orgânica ao risco de uma derrota por conta. Então, tirei e ganhei isoladamente a "parada". Eu ganhei depois, esperei, quando terminou o prazo de cinco anos e o governo queria prorrogar por mais cinco, eu aí resolvi enfrentar, porque se perdesse era só aquele problema, e aí ganhei a "parada".

LO - Mas elas se organizavam? Tinham força do Congresso, como era? Tipo um *lobby*?

AA - Ah, eles tinham *lobby* sim.

LO - E tinham os *lobbies* todos comprometidos...

AA - Ah, eu vou lhe contar um episódio. Em determinado momento, eu, relator, um colega meu, cujo nome eu não quero citar porque é um... sempre um constrangimento, me perguntou se eu, se eu podia (isso foi registrado na época pelo jornal... jornal de Geraldo Rocha, daí veio até a minha amizade com João Duarte Filho, que era redator-chefe desse

jornal, parece que era uma nota nesse jornal) é... se eu podia receber um cunhado dele que queria conversar comigo. "Pois não, quando?" "Amanhã, na sua casa, à noite". Pois é, cheguei lá, o sujeito se apresentou, me disse que era de uma companhia de seguros, e queria conversar comigo sobre o problema da Previdência Social, da transferência pra Previdência. Ele quis me mostrar que a Previdência seria um desastre, ingerindo e tal. Aí eu digo: "Mas como é?" Aí eu já tinha visitado hospitais de acidente de trabalho, estava bem informado; comecei a discutir com ele.

Num determinado momento, ele viu que os argumentos não valiam, e aí me disse: "Ah, o senhor..." Eu morava num apartamento muito modesto na Rua Silveira Martins, no Catete, não tinha carro, eu vinha... naquele tempo tinha bonde, eu saía a pé, tomava bonde etc. A minha... toda a minha vida, vinha pra Câmara, descia no... ali no... onde hoje é o Edifício Central, na [Avenida] Rio Branco, ali era a estação de bonde, descia e ia a pé pra Câmara e tal (superposição). E ele vinha me acompanhando, naturalmente. Disse: "Ah, o senhor é um deputado moço, mora numa casa, num apartamento tão modesto...", disse: "Olha, o senhor, nesse projeto o senhor pode resolver sua vida". Eu disse: "Como?" Ele disse: "O senhor, a minha companhia pode lhe oferecer um lugar de advogado, com tanto por mês e pode lhe adiantar três anos de salário".

LO - Era a Sul América?

AA - Era... "pra comprar um apartamento, o senhor compra um apartamento bom"... e tal, e tal, e tal. Eu ouvi a proposta e disse: "Olha, eu acho que o senhor tem todo o direito de me propor isso, o senhor não me conhece. Agora, eu tenho todo o dever de recusar e de pedir que o senhor se retirar da minha casa". Ele saiu tão perturbado que ele usava chapéu, deixou o chapéu, nunca foi buscar, chapéu de massa (risos). É, mas era, era assim uma pressão grande da imprensa, que as companhias eram grandes, anunciando na imprensa, ih!... Me tocaram o pau, os jornais [Assis] Chateaubriand nessa época me tocaram o pau, e tal e coisa. E era uma pressão muito grande; e na época deputados, ligados às companhias, advogados de companhias, me impressionaram muito. Mas foi muito importante, naquela época, o apoio de Agamenon. E a UND, que estava indiferente, na hora em que eu reuni a bancada, eu era vice-líder, contei o episódio, está entendendo? A UDN, por solidariedade a mim, encampou o projeto... encampou o projeto... vedando a prorrogação por mais cinco anos da transferência de acidente de trabalho para os institutos.

MC - Dr. Aluizio, no seu, no seu projeto, a questão da representação dos trabalhadores, dos empresários e do governo, como é que se colocava, em termos da administração do...

AA - Não, eu pretendia por representantes dos empregadores e representantes dos empregados, porque eu achava que se eles contribuía... financeiramente para a Previdência - não era um imposto, era tripartida a contribuição: o Estado, o trabalhador tirava de seus salários, naquele tempo 6%, o empregador também - eles tinham direito de saber como estava sendo gerido o seu dinheiro. Então, eu dava a participação nos conselhos de administração à empregadores e empregados.

LO - Isso é o projeto de 1947.

AA - O projeto de 1947.

LO - O projeto de 1947 o senhor incluía também, ainda, só pra ter uma ideia geral no projeto, a questão do, do auxílio desemprego e da aposentadoria ordinária. É um projeto realmente abrangente.

AA - É, o seguro-desemprego era um avanço, não é? Já havia depois da guerra, sobretudo, vários países tinham adotado o seguro-desemprego, eu tinha estudado e tal e queria ver se dava um avanço. Mas o governo não; me disse que se eu insistisse, ele mandava derrotar. O problema da aposentadoria ordinária era uma concessão feita no passado, não é?

Como os ferroviários já tinham nas caixas, a aposentadoria por tempo de serviço e tal, era muito difícil você chegar e dizer: "Não, a partir de agora, só pode ser por invalidez ou por tantos anos de contribuição". Foi uma concessão também que se fez, porque num projeto dessa natureza, você tem que escolher os alvos fundamentais: plano de benefício, equilíbrio atuarial, isso, aquilo outro, e tal e coisa. O que é... e tem uma série de coisas que você põe, umas que você tem também, se está no ministério, outras você põe pra negociar, sabendo que não pode. Por exemplo: seguro-desemprego, eu pus... eu sabia que o país, naquele tempo, não estava preparado, só este ano saiu, não é? Não estava preparado, mas eu pus porque, na hora de negociar, eu salvava o essencial, que eram aquelas outras coisas que terminaram aprovadas no projeto.

MC - Já que o senhor mostrou, de uma certa maneira, uma determinada, uma conjuntura internacional, eu gostaria que o senhor colocasse mais quais foram as influências que o senhor teve, a nível internacional, em relação a...

AA - Sobretudo o Plano Beveridge. Foi a principal influência que eu tive, que eu comecei a ler os estudos sobre o Plano Beveridge antes mesmo de ser relator da Previdência. É... logo depois da guerra, aquela... relatório sobre o Plano Beveridge me preocupou, me impressionou, eu achei um negócio, assim... fascinante: o Estado preocupar-se com os trabalhadores, os assalariados, suas horas mais difíceis, aquela extensão, e tal e coisa, o papel social do estado na proteção ao homem; eu já vinha lendo. Aí, quando fui designado relator, então passei a estudar a organização de outros países, mas a que influenciou mais a minha, o meu espírito e a minha preocupação, foi a da Inglaterra.

LO - E o senhor se lembra, porque é curioso que no primeiro projeto do senhor, o senhor incluía o nome dos institutos, seria o Instituto de Caixas da Previdência Social. Era uma coisa nova, em vez de ser Instituto de Aposentadoria e Pensão, era Instituto de Previdência Social.

AA - É, eu queria fazer, primeiro, institutos, é... Institutos de Seguro Social, mas o nome não era brasileiro, quer dizer, no Brasil se conhecia Previdên... Aposentadorias e Pensões. E eu, e passar pra seguro ia encontrar uma certa resistência, confusão, com seguros privados, e tal e coisa. Então eu quis dar uma denominação mais genérica pra não dizer pensões e aposentadorias, quando a previdência ia fazer muito mais de que... pensão e aposentadoria pareciam que só atendia na hora de aposentar ou na hora de dar pensão. Então, eu quis abrir mais. A minha ideia inicial era Lei Orgânica de Seguro Social [LOPS]. Mas seguro social era conhecido de outros países, mas aqui não era, era previdência ou era aposentadoria e pensão. Então, eu fui pra previdência, que já era um avanço sobre a denominação.

LO - Essa primeira versão da LOPS que nós estamos falando de 1947, reúne parece, que 16 projetos que já havia na Câmara...

AA - E tinham mais, mas eu citei, assim, os principais projetos que alteraram vários aspectos da previdência.

LO - Quem é que sentou ali com o senhor, mesmo, e escreveu e tal...

AA - Não, no começo fui eu mesmo. Depois que eu fui vendo que o problema estava mais complexo, aí eu fui procurar... A primeira pessoa que eu procurei foi Moacir Velloso. E aí ele gostou muito do primeiro trabalho que eu fiz; me emprestou vários livros, me deu vários estudos que existiam do Departamento Nacional da Previdência Social, e aí me pôs em contacto com... com o Assis, que era do IAPI [Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários]

LO - Armando Assis...

AA - Armando Assis, com Homero Sena, com Pinto Lopes e com Tomás Raposo, e aí fomos fazendo, Geraldo Batista... Fomos acrescentando um grupo, fazendo um grupo que, a partir daí, passou a me municiar; ou preparavam estudos pra mim, ou me davam estudos pra eu ler, ou eu escrevia, mostrava a eles. Aí, passou a ser um trabalho de integração.

LO - Agora, o senhor falou que o projeto avançava em muitas coisas que o senhor sabia que seriam muito difíceis de se conseguir...

AA - É, não, eu não acreditava que o governo aceitasse o seguro-desemprego, por exemplo. Eu pus pra negociar, mas eu admitia que se o governo aceitasse as empregadas domésticas e os trabalhadores rurais, eu achava que era possível. O governo depois me mostrou a inviabilidade, vamos dizer, técnica. Como é que se vai prestar assistência ao trabalhador rural se ele não vai contribuir? Pois ele não tem registro, ele é morador de uma fazenda; às vezes trabalha só pela casa e pela comida e tal... Como é que vai ser a empregada doméstica, também? Que ganha uma miséria em dinheiro e o resto é em comida, em hospedagem, em roupa e tal; como é que vai ser e tal. Então, isto aí a gente ia cedendo em alguns pontos, porque o essencial era um bom plano de benefícios, o essencial era um bom rigor atuarial, o essencial era uma boa administração; o resto viria com o tempo.

LO - O senhor acha que isso era uma tática característica do seu partido, da UDN, na época?

AA - Não, não, não. Isso é tática característica da... de qualquer parlamento, de qualquer partido. A gente muitas vezes sabe, escolhe, os objetivos são esses. Nisso aqui eu não transijo. Agora, como a gente sabe o que o outro não quer aceitar o trabalho do outro, sob pena de parecer que está a reboque do outro, ou o governo não quer aceitar um... uma sugestão da oposição pra não parecer que a oposição está mais competente do que ele, a gente põe, assim, três ou quatro coisas difíceis de serem aceitas pra negociar e ficar com o essencial. Isto é muito comum... em todo parlamento se faz isso.

LO - Numa segunda versão, Ministério de 1950, parece que nessa segunda versão que o senhor fez, depois de mesas redondas que o senhor discutiu e tal, parece que ela teve dois momentos em 1949, ela teve uma primeira redação e depois houve uma, uma pequena correção. Por que se deu esse fato?

AA - Foi. Eram negociações que iam sendo feitas. É, eu tinha um problema grave... era o PTB. O PTB não admitia que não fosse do PTB a Lei Orgânica da Previdência. Ele achava que era tirar do Getúlio, do getulismo, uma iniciativa que era dele, uma ideia que era dele, e tal e coisa; e o Partido Comunista, que no começo me apoiou muito, depois passou a combater o Projeto de Lei Orgânica da Previdência.

Fez um acordo com o PTB, em troca de concessões no governo, não sei o que foi; sei que, quando eu estava contanto com ele, porque na Comissão de Legislação Social, o PSD era a maioria, depois a UDN, depois o PTB, depois o Partido Comunista. Então, eu tinha o apoio de uma boa parte do PSD, e a oposição do PTB, tinha o apoio do Partido Comunista. Então as votações eram por um voto, dois votos, e tal e coisa. E num dia, João Amazonas, que era um membro da Comissão da Legislação Social, chegou com uma catilinária escrita, achando o projeto, projeto de retrocesso, não sei o que, e tal. E ele, que vinha me apoiando, depois me disse que tinha orientação do partido, num acordo que tinham feito lá com o PTB em torno de coisas...

MC - Mas isso era na primeira versão. Porque, depois, eles foram cassados...

AA - Na primeira, na primeira, eu estou dando um exemplo, assim, das dificuldades que a gente tinha em negociar, viu?

MC - Quer dizer que o PCB...

AA - No começo, me apoiou. Depois, retirou o apoio e combateu. Não chegou a ser importante isso, porque logo depois eles foram cassados, pouco tempo depois eles foram cassados e aí não puderam mais influir; mas eles tiveram dois momentos: no começo aprovaram o meu projeto; depois retiraram o meu projeto. Depois retiraram o apoio...

MC - E isso, segundo a avaliação do senhor, é por questão de cargos, é...

AA - Foi, eles, não sei se foram cargos, eles fizeram um acordo qualquer com o PTB.

MC - Eles fizeram um acordo com o PTB no sentido de...

AA - É, e passaram a... a atuar juntos.

MC - Ministro, no primeiro projeto, em que estavam inseridos os rurícolas, uma das fundamentações, uma das explicações da necessidade de se incluir os rurícolas estava na questão é... política, de certa maneira, no sentido de se evitar conflitos sociais...

AA - Evitar conflitos e evitar a migração da zona rural. Porque, a medida que o operário rural visse o operário da cidade ter assistência médica, ter casa, que naquele tempo os institutos financiavam, ter aposentadoria, ter pensão, e ele não ter nada, ele terminava deixando a vida rural pra vir arranjar um empreguinho qualquer na cidade, porque, mesmo que fosse um emprego inferior ao que ele tinha lá, tinha uma série de vantagens que a Previdência concedia. Então, pra evitar essa migração, está entendendo? Eu me preocupava em incluir logo o trabalhador rural.

MC - É... em relação ao conflito, na época em que o senhor estava formulando o projeto, essa questão estava muito presente...

AA - Mas aí não era um conflito nos termos que se tem hoje. Quando eu dizia conflito, na época, era esse conflito entre uma situação cheia de benefício para o trabalhador urbano e o trabalhador rural sem sede. Isso poderia gerar sim, isso poderia gerar insatisfações, poderia ser... Primeiro, gerar migrações; segundo, criar conflitos que seriam a semente de insatisfações maiores a serem exploradas, e tal e coisa. Naquele tempo, a gente tinha um pouco a preocupação, como existia o Partido Comunista, de que o Partido Comunista entrasse pelo campo mostrando essas desigualdades, essa injustiça com o trabalhador rural, esse abandono. Isso me preocupava.

MC - É, tanto é que o senhor dá exemplo no texto, está no projeto, o exemplo da Revolução Francesa, Revolução Russa, como preocupações...

AA - Exato, é. Eu tinha receio, naquele tempo o Partido Comunista funcionando que de uma hora pra outra descobrisse que o campo era o grande abandonado, o trabalhador, e começasse a dizer: "Você aqui trabalha, morre, não sei o quê e tal, e não tem nada. Enquanto isso tem ali um trabalhador com aposentadoria, com pensão, com assistência médica"; e que isso pudesse servir de uma grande exploração política.

LO - A ideia das comunidades de serviço, que se incluiu logo na primeira versão e que depois, na segunda versão, parece que tinha um instituto que queria unificar e administrar, como é que surge essa ideia?

AA - Essa ideia não era minha, essa ideia era do Tomás Raposo. Tomás Raposo é que desenvolveu e eu achei uma ideia interessante, mas depois eu vi que era inviável, porque cada instituto tinha uma estrutura diferente, uma mentalidade diferente.

Você tinha o IAPI, num grande nível técnico; você tinha o IAPB, numa grande situação financeira e com bons serviços médicos; aí você tinha os marítimos muito dominados pela política; o IAPTEC inteiramente escangalhado; o IAPETC muito politizado, não é? Então era muito difícil você fazer a comunidade de serviço. Quem ia administrar? Ia haver muitos conflitos. Então eu fui abandonando a ideia.

LO - É, parece que, na segunda versão, o senhor teve a ideia de uma federação de instituições da Previdência Social que abrangeria...

AA - É, aí o problema é dizer quem vai, como é porque a ideia de Raposo, era que uma comunidade fosse gerida pelo IAPB, outra pelo IA... Eu digo: "Não vai dar certo". Aí então a ideia era de se criar um órgão que assumisse a responsabilidade de gerir aquelas comunidades.

LO - O senhor se lembra se isso teve alguma influência do modelo francês? Porque parece que, na época na França, tinha...

AA - Na época deve ter tido. Eu tinha a impressão de que, eu, quando eu estava impugnando, na ideia que era interessante a maneira de... de dirigi-la, eu procurei exemplos no estrangeiro e, naquela hora, estava saindo uma organização semelhante na França. E então, eu procurei adaptá-la à nossa realidade.

MC - Eu queria voltar um pouco no que o senhor disse em relação a que... no IAPETEC, IAPC, a política...

AA - Dominou muito.

MC - Dominou. É... e o senhor contrapôs isso ao IAPI e ao IAPB.

AA - É.

MC - Por que é que no IAPM, no IAPC e no IAPETC a política dominava?

AA - Primeiro, porque os marítimos, os motoristas e os comerciários eram classes muito organizadas e muito politizadas. Segundo, por circunstâncias eventuais; por exemplo, o IAPI. O [Eurico Gaspar] Dutra nomeou pra lá o Alim Pedro, pessoa de sua confiança. É apolítico e sério, competente, e tinha força junto ao Dutra pra evitar qualquer interferência política.

Lá só entrava por concurso; nos outros, entrava de qualquer jeito; lá no IAPI só entrava por concurso. O IAPB... porque no governo, ainda no governo de Getúlio os presidentes do IAPB eram pessoas muito ligadas a Getúlio, Aderbal Novaes e tal, e eram muito... conseguiam as soluções diretamente com Getúlio, por cima dos ministros, e tal e coisa. Então, preservaram-se daquela politicagem que dominou o IAPETC, o IAPC e os Marítimos.

LO - Ministro, o senhor acha que nesse período em que a LOPS vai se transformando, ela está perdendo em qualidade? Quer dizer, em organização? O senhor acha que houve alguma questão, que era melhor a primeira versão do que a aprovada em 1960?

AA - Acho, acho sim... acho. A primeira versão era uma versão, vamos dizer, idealista, e na segunda e terceira, já eram versões negociadas. Na primeira, a gente fez o que achava melhor; na segunda, o que achava melhor, mas o que viesse a se tornar viável; na terceira, a gente negociou o que era possível negociar. Ou você aceita a derrota, ou então vamos salvar o que é possível salvar. Isso faz parte da luta parlamentar.

LO - Na primeira versão, o senhor falou que estaria, a primeira versão incluía que a contribuição seria entre 5 a 8%, não é?

AA - É.

LO - Quem estabeleceu? A partir do que foi estabelecido?

AA - Foi o pessoal. O Sílvio Pinto Lopes, o Paulo Câmara que também foi consultado. O Sílvio Pinto Lopes, por exemplo, achava que devia ser fixo; o Paulo Câmara achava que... o Paulo Câmara era do Instituto de Resseguros...

LO - Do IRB [Instituto de Resseguros do Brasil].

AA - É, e então eu o consultei; ele era do Rio Grande do Norte, eu o conhecia, sabia que ele era bom atuário. Ele achava que, sempre por lei, se você fizesse um negócio fixo, 6%, então, cada vez tinha que fazer uma nova lei, e muitas vezes não conseguia aprovar no devido tempo.

Então era preciso dar-se a necessidade, naquela época, era de cinco, se dava um mínimo, que era cinco, de cinco a oito, pro governo ficar com um certo arbítrio sem precisar recorrer ao

Congresso, que sempre... é eleito na... nas soluções etc. Então demos assim uma margem para acréscimos das taxas, conforme as necessidades.

LO - O SAPS existia também na primeira versão, o Serviço de Alimentação da Previdência Social, a cargo do governo, a cargo desses institutos de previdência, e na segunda versão, ele foi parar a cargo dos empresários...

AA - É, na realidade o SAPS... eu não pretendia aproveitar o SAPS. Incluí porque ele estava falido, não tinha um tostão, e era muito inconveniente, naquela época, depois duma ditadura que havia mantido o SAPS, vir um regime democrático e fechar o SAPS deixando sem alimentação, sem almoço, milhares de sujeitos e tal, em todos os estados. Então, como não havia verba pra sustentar e a Previdência dispunha de mais possibilidades, eu pensei em incluir o SAPS, na primeira versão. Já na segunda versão, nós vimos que, sentimos que dar 10% pra assistência médica, sentimos que sustentar o SAPS... Então, daqui a pouco não restaria dinheiro pra garantir a aposentadoria, a pensão, que era realmente o objetivo da Previdência. Então, eu resolvi retirar, deixando que o governo encontrasse outra solução; e terminou não encontrando, terminou fechando.

LO - Na segunda versão isso ficaria a cargo dos empresários; os empresários devem ter pulado...

AA - É, então a gente pensava em negociar com os empresários. Não era nem com os empresários, era com... a gente pensava em passar para o SESI [Serviço Social da Indústria]. Não, como era? SESI? É, a gente pensava passar para o SESI, o SAPS. O SESI já tinha naquele tempo as cozinhas industriais. Então, a gente pensava em passar para o SESI, que já tinha as cozinhas industriais, que forneciam alimentos pras fábricas, a administração do SAPS, o governo dando apenas uma contribuição. Mas depois não foi possível porque a máquina do SAPS reagiu; os empresários também, acharam que só podiam cuidar do SAPS para, é... operários industriais. Mas aí os comerciários ficariam sem assistência alimentar e tal. Vêm as ideias, a gente vai tentando executá-las, mas... aparecem as dificuldades. Você, pra não prejudicar o essencial, vai tirando o que é de menor importância.

LO - E o senhor lembra, pra elaboração da terceira versão agora, uma terceira versão da LOPS ou a quarta, não é? Se contar que a segunda versão teve duas redações, mas pra terceira versão, há influência da Comissão de Bem-Estar Social?

AA - Não, não teve grande, não.

LO - Não?

AA - Não, não. A influência, mesmo, foi desse grupo que eu organizei com base, sobretudo, no IAPI.

LO - É, mas parece que essa Comissão Nacional do Bem-Estar Social tinha uma Subcomissão de Seguro Social, e que se reuniu com o senhor é...

AA - Foi, mas era um pessoal muito teórico, não tinha, não tinha vivência do problema. Quem teve influência mesmo foi o grupo do IAPI.

LO - Aí, essa terceira versão inaugura, na história da Previdência Social brasileira, o termo segurado que substitui o de associado, que até então se chamava associado, e inaugura também o termo dependente, não é?

AA - É, porque a ideia antiga do... associado, era uma ideia da tradição da legislatura brasileira das Caixas, as primeiras Caixas de Aposentadoria e Pensão que tinham os associados. Então, quando passava para uma, um âmbito maior de previdência, de seguro social, aquela ideia de associado era uma ideia pobre ainda, era uma ideia pobre. Então, nós passamos a chamar de segurados... porque na evolução, legislação tem que ir registrando, também, a evolução, até mesmo da gramática, não é? O associado lembrava muito as Caixas e a nossa ideia era fazer uma coisa diferente, mais ampla, mais nova, mais moderna...

MC - É que me veio agora na cabeça uma ideia, não sei o que o senhor acha disso... a ideia de associado não tinha muito mais a ver com uma entidade privada do que a ideia de segurado? O senhor acha...

AA - Não, não, não, a ideia vinha das Caixas de Aposentadorias, porque na época eu conheci o Eloy Chaves, que é o autor da primeira lei. Eu fui à São Paulo, fui receber uma homenagem lá, e ele compareceu à homenagem e tal, e depois eu tive vários contatos com ele. E eu me lembro que ele só falava dos associados, das Caixas e tal e coisa, e era realmente toda a legislação era associada. Já pra seguro, a gente achava que tinha que ter uma linguagem mais moderna.

MC - O senhor mencionou o Eloy Chaves. Ele, na época que o senhor o conheceu, o que... o que ele fazia?

AA - Não, ele já estava em São Paulo, aposentado.

MC - Aposentado, já?

AA - É, apenas era o autor da primeira lei que criara a Caixa de Aposentadoria e Pensões, e eu tive interesse em conhecê-lo. Era um velhinho muito simpático.

LO - É interessante que ele cria a Previdência Social, o Eloy Chaves, que havia sido delegado de polícia em São Paulo, mais tarde ele cria a Previdência Social, muito preocupado com a questão da ordem...

AA - É, ele era um reacionário desgraçado (risos). Ele queria a Previdência era pra evitar o comunismo, sabe como é?

LO - Ele falava assim?

AA - Só falava assim. Diz que teve que é... e ele... porque ele só...

Fita 2 - Lado B

AA - Eu fui conversar com ele, pensando que ele tinha umas ideias assim, mais amplas sobre seguro social. Mas não, a preocupação dele era política. Era a seguinte: ou se protege os

ferroviários ou então o comunismo toma conta desse pessoal, e tal e coisa. Então ele tinha muito essa preocupação.

MC - Então o senhor esteve com ele nesse período, 1945, 46, 47.

AA - Foi, 1946, 47. Ele já estava aposentado, não era mais político, morava em São Paulo. Eu encontrei o nome dele associado à criação das Caixas e tal, aí resolvi procurá-lo. Eu queria conhecer, trocar ideia; eu fiquei pensando que ele tinha algumas ideias a me dar, mas ele estava preocupado era com os comunistas (risos).

MC - Tinha medo dos comunistas.

AA - É, sobretudo com os ferroviários...

LO - Agora, nos anos 50, a Previdência Social, a gente tem uma crise, crise política, crise do populismo, 1954. O senhor acha que a Previdência Social foi uma forma de se conquistar os trabalhadores?

AA - Foi, foi, no governo Getúlio teve uma influência grande. No governo Dutra já não, não teve, não é? E na segunda fase do governo de Getúlio já não foi assim essa influência, foi mais uma influência de... dando a Previdência ao PTB, fortalecer, assim, a política do governo e tal. Na primeira fase do governo de Getúlio não. A preocupação era atender o trabalhador e impedir que o trabalhador ficasse sem assistência e terminasse indo pro comunismo, pra isso, pra aquilo outro. Veio o governo Dutra, a preocupação foi mais administrativa; organizar e tal e coisa, com concessões de alguns desses institutos ao PTB, que apoiava o Dutra, mas preservando os principais, que eram o IAPI, o IAPB. Depois veio Getúlio; já aí Getúlio não estava muito interessado nessa... no consumidor final. Ele estava interessado era em entregar a Previdência Social ao PTB, para que o PTB se, usando a Previdência Social, tornasse um grande partido.

MC - Se eu entendo o que o senhor está colocando, quer dizer, no primeiro governo Vargas a atuação era mais do Estado em relação aos trabalhadores...

AA - É.

MC - No segundo governo Vargas, já tinha um mediador. Aí seria o PTB...

AA - Já era o PTB. A preocupação era entregar instrumentos de ação política e social ao PTB para formar um partido importante.

MC - É, nesse período, eu estou me lembrando de uma situação que foi a seguinte: eu estava conversando, acho que na segunda ou terça-feira com o Moacyr Cardoso de Oliveira lá no gabinete dele, lá no Ministério da Previdência Social e ele... aí nós mencionamos, que deveríamos entrevistá-lo, o senhor e tal. Aí ele falou do projeto, elogiou o projeto e falou assim: "Puxa vida, mas como é que a UDN deixou que esse projeto fosse pras mãos do PTB?"

AA - É, mas aí eu consultei a UDN. Quando [Gustavo] Capanema me chamou, eu consultei a UDN. E aí a UDN perguntou minha opinião. Eu digo: "Ô, com isso eu não passo o projeto. Aí nós temos que fazer uma opção: ou deixar o projeto morrer pra ficarmos com a ideia do

projeto ou aprovarmos. Minha opinião é que nós devemos aprovar, mesmo transigindo". E eu transigi pessoalmente, quer dizer, eu tirei meu nome, o nome oficial no projeto passou a ser o do Batista Ramos.

MC - Mas parece que também tinha um projeto que veio do governo Juscelino [Kubitschek]...

LO - É, em 1956, o Juscelino manda um projeto sobre a administração da Previdência.

AA - Foi, foi. Não, ali era o seguinte: eles queriam, houve um momento em que eu resisti um pouco à ideia de modificar. Então eles me fizeram uma proposta que era a seguinte: aprovava o projeto nos aspectos sociais, plano de benefícios, pereré, e não se tocava em administração e o governo mandaria um projeto sobre administração, até porque havia um problema jurídico sério. Havia um parecer... o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, segundo o qual, o Congresso tinha competência pra tratar de administração, porque envolvia pessoal, e isso devia ser iniciativa do governo. Então, eles... queriam que eu tirasse a parte de administração, era o plano de benefícios, plano isso e tal, e o governo mandaria a parte administrativa. Mas terminou morrendo, porque ficavam duas leis e tal. Terminou se encontrando uma forma de votar mesmo a Lei Orgânica, abrangendo tudo com a nossa transigência de fazer a parte administrativa mais ou menos de acordo com o governo.

LO - Ministro, nós estávamos falando dos anos [19]40 e o senhor havia falado antes, no começo da entrevista, que nos anos 40 a Previdência Social serviu muito como fonte de recursos pra investimentos do governo.

AA - Pode ser.

LO - Nos anos [19]50, o senhor está colocando que ela serve muito ao populismo. Quer dizer, houve uma certa modificação aí na Previdência. O senhor concorda com essa ideia?

AA - É, concordo. Nos anos 40, houve até aquela famosa frase de Zé Américo, "Eu sei onde está o dinheiro", se lembra?

LO - Não, não, não sei.

AA - Ele, no seu discurso, anunciou que sabia onde estava o dinheiro, e que os pobres estavam financiando os ricos no Brasil; que era com dinheiro dos pobres, da Previdência, que se faziam os grandes arranha-céus, financiavam os grandes negócios, as fábricas, Vale do Rio [Doce], Companhia Siderúrgica Nacional e tal. Ele então dizia que no Brasil era o contrário; nos outros países, os ricos é que financiavam os pobres, aqui eram os pobres que financiavam os ricos. Então, ele se viu fonte de muitos negócios, muita gente ganhou dinheiro nesse negócio, muitos intermediários. Depois é... ele serviu como instrumento, assim, paternalista do governo.

LO - O senhor como grande deputado da UDN e como é jornalista, através da Tribuna da Imprensa, teve a oportunidade de combater esse tipo de utilização política da Previdência e inclusive parece que o senhor apoiava, apoiava as medidas mais ligadas às tendências mais atuariais, quer dizer, o governo deveria inclusive aumentar a contribuição se fosse necessário. O senhor defendia esse tipo de coisa?

AA - É, desde que fizesse na base de atuariais, e não arbitrariamente, e desde que da administração participassem os contribuintes, empregadores e empregados. Eu queria tirar do governo o arbítrio que ele exercia de chegar e dizer: "Empresta não sei quanto a fulano, a um grupo tal pra fazer isso, pra fazer um edifício". Eu queria pôr lá o administrador patrão e o administrador empregado, donos do dinheiro também, para que eles evitassem essas coisas.

LO - O senhor apoiava inclusive o Ministro Parcifal Barroso quando ele queria aumentar a contribuição dos segurados?

AA - Foi, porque o que acontece é o seguinte: todo mundo queria conceder benefício, mas, quando chegava na hora de aumentar a contribuição, era como aumento de imposto, todo mundo era contra, entendeu? E eu, que tinha uma certa autoridade, que vinha tratando desse assunto, apoiei o governo no aumento da contribuição dizendo o seguinte: "Ou se aumenta a contribuição ou se vai à falência e, daqui a pouco não se paga mais nem a aposentadoria". Porque era muito comum isso, o sujeito favorável ao governo fazer isso, fazer aquilo. Disse: "Mas tem que tirar o imposto". "Ah, o imposto não, eu sou contra". Então, na época, o próprio Parcifal me fez um apelo, dizendo que eu tinha autoridade para chegar e defender o aumento da contribuição, que ninguém estava querendo defender, todo mundo queria votar contra. Eu fui e defendi.

LO - Ele chamou o senhor antes?

AA - Pediu a mim, pediu a mim, achando que eu tinha uma grande autoridade nessa matéria no Congresso, que eu seria ouvido, que eu conduziria muita gente e tal, se eu tivesse é... se eu prestasse essa colaboração... Eu, membro da oposição, prestasse essa colaboração ao governo.

Aí, eu fiz discurso provando. Disse: "Por mim eu não gostaria de pedir isto, sei que é até impopular pro meu partido. Agora, acontece o seguinte, pior é não fazermos isso e, daqui a um ano, estarem aí os trabalhadores sem receber pensões, sem receber aposentadorias", e tal e coisa. E defendi o aumento da contribuição.

LO - É... e não era um pouco impopular esse tipo de...

AA - Era, mas você tem que, muitas vezes, assumir posições porque eu consegui provar, com dados que apresentei, que aquilo podia ser no momento impopular, mas muito mais impopular seria um ano ou dois depois, a Previdência estar falida, sem poder pagar os benefícios. Eu achava que a gente devia fazer, e fiz, e deferi.

LO - O senhor acha que o argumento atuarial naquele momento servia pra tentar segurar as reivindicações dos trabalhadores?

AA - Não, o argumento atuarial servia para evitar a desorganização da Previdência pela interferência política, porque naquele tempo era assim. O deputado chegava com uma lista de 60 nomeações do IAPETC, e tal e coisa. Aí, era só o ministro autorizando, e se fazendo. Quer dizer, então, existia IAPC, IAPETC, sobretudo esses dois financiavam aí tudo que é político. E os marítimos já eram os sindicatos fortes, o pessoal, e coisa; então tudo aquilo era financiado, custeado pelo Instituto dos Marítimos. Convênios com o sindicato na realidade eram só pra dar dinheiro pra aquela pelegada marítima.

MC - O senhor está colocando que os marítimos tinham sindicatos fortes que intervinham no instituto, mas os bancários também tinham sindicatos fortes e intervinham também nos institutos.

AA - É, é, mas os bancários com uma mentalidade diferente; eles procuravam preservar o IAPB. Como eles sabiam que o IAPB era uma coisa importante pra eles, era a melhor assistência médica que existia na Previdência Social, era o nível de medicina muito bom, muito diferente dos outros institutos. Ao passo que os marítimos eram muito mais politizados, assim no sentido peleguista, sindicalista, de porto, de estivador, e tal e coisa; eles queriam era fortalecer os sindicatos etc; pegaram o dinheiro pros seus sindicatos, enquanto que os bancários, pela educação que tinham, pelo nível que tinham, queriam preservar o seu instituto. Então, eles se opuseram depois à unificação do serviço médico. Uma das razões pelas quais eu também recorri ao negócio do SAMPS, era que os bancários, que tinham excelente serviço médico, porque era um instituto pequeno, disseram: "Nós vamos nos nivelar ao serviço do IAPC, dos bancários, vai ser uma porcaria", e realmente ia acontecer isso.

MC - Eu gostaria que o senhor se detivesse um pouco mais nesse ponto porque o senhor está colocando a questão da pressão sindical, naquele momento, em relação à reforma da Previdência Social, à questão da...

AA - É, só havia, realmente, duas pressões: um dos bancários contra a unificação dos serviços médicos, porque eles tinham um serviço médico muito melhor, muito mais caro, e não queriam nivelá-lo por baixo, com os outros institutos. Então, os bancários pressionavam muito contra a unificação dos serviços médicos, contra a comunidade decidir, porque eles queriam ficar isolados. E os marítimos eram... eram os financiadores das grandes máquinas, das greves, das grandes máquinas dos marítimos. Os outros não, os outros não tinham maior influência.

MC - O senhor sentiu alguma... algum tipo de pressão nos projetos que o senhor ganhou, de funcionários dos institutos que se colocaram contra o projeto da reforma, porque tinham medo de perder suas posições, o senhor...

AA - Não, não, não. Não, de funcionários mesmo havia, assim, uma grande pressão do pessoal do IAPI querendo que se estendesse a exigência do concurso aos outros institutos e tal, porque eles eram os únicos que... que só admitiam por concurso. Mas era um... uma influência, uma pressão salutar, nesse sentido.

LO - Em que época o senhor considera que essa intervenção política na Previdência Social foi mais acentuada? Nos governos de 1946 e 1960?

AA - No segundo governo de Getúlio Vargas.

LO - É, o senhor acha que essa, que a defesa da racionalização da Previdência, da racionalidade da Previdência Social, retirava do PTB os seus principais trunfos eleitorais?

AA - Ah, sim, porque o PTB não estava querendo racionalizar nada, queria dar emprego, queria basear dando 300 empregos ao senador fulano de tal, 200 a fulano de tal, dando ambulâncias pra sindicatos, pra associações, não sei o quê e tal. O PTB queria, realmente, fazer-se à custa da Previdência. A Previdência era o cofre do PTB.

LO - Agora, nesse momento, anos [19]50, quando o senhor vem com a terceira versão da LOPS, da Lei Orgânica da Previdência Social, e não se submete ao plenário, o senhor acha que não havia condições de se submeter ao...

AA - Não havia. Não havia. Eu tinha que esperar o momento de negociar.

LO - Aí, o senhor faz essa negociação, ela é submetida ao plenário e volta pras comissões. O senhor, então, não estava mais na Comissão de Legislação Social, o senhor foi parar na Comissão de Finanças, não é?

AA - De Finanças, porque eu tinha que examinar a parte financeira lá.

LO - Mas como é que foi essa...

AA - Não, porque é o seguinte: como eu, modéstia à parte, era supostamente o único sujeito que entendia de previdência social, eu passei por todas as comissões por onde o projeto tinha que passar. Porque ninguém lia aquele projeto lá, enorme, catatais enormes, cálculos atuariais, plano de benefícios, ninguém lia os avulsos, era um negócio de 600 páginas, ninguém lia. Então, eu defendendo o previdenciário, diziam: "Agora o projeto vai pra Comissão de Finanças". Aí eu era designado pra Comissão de Finanças pra poder discutir lá. Diziam: "Agora vai passar na Comissão de Justiça". Aí eu era designado pra Comissão de Justiça, porque era o único sujeito que... que discutia o assunto. O PTB discutia, mas discutia assim, pra dobrar a aposentadoria, reduzir a idade da aposentadoria e tal. O PTB era um negócio demagógico, dizia assim: "Aposentadoria aos 15 anos de serviço, aumentar pensões", e tal, e tal, e tal. Isso aí não... não levava a nada, e eu tinha que ir, eu passei por todas as comissões onde o projeto passou, porque eu era o único sujeito que presumivelmente entendia e podia orientar a votação.

LO - Então, isso que já é agora chamado substitutivo Batista Ramos, ou era naquele momento chamado substitutivo Batista Ramos, que foi submetido ao plenário e voltou pras comissões? Ele voltou pras três comissões do Batista Ramos, que é a do Deputado Aarão Steinbruch, na época, que era do serviço público.

AA - É, é.

LO - Isso, em poucos dias, como é que foi essa... essa transação?

AA - O projeto tem duas discussões, e aí recebeu emendas; algumas emendas de mérito de Legislação Social, da Comissão de Legislação Social, outras de natureza financeira, eu tinha que ir ao Serviço Público, outra de natureza financeira, eu tinha que ir à Comissão de Finanças. Então, eu fui pra Previdência discutir na Legislação Social e na... nos outros, o Aarão e o Batista Ramos, né, se orientaram por mim. Na realidade, quem fez os pareceres deles... fui eu, quem deu parecer sobre todas as emendas. Apenas eles, dentro do nosso acordo, o que eu queria era aprovar; Batista Ramos, ali, entrou com a assinatura, o Aarão também, com a assinatura, e eu é quem preparava tudo.

LO - E o senhor ainda trabalhava com a mesma equipe original ou...

AA - É, com a mesma equipe. E no Senado, que eu era deputado, todos os... pareceres das... comissões do Senado, todos os pareceres foram feitos por mim. E os senadores assinaram, não queriam estudar aquele catatal, e tal e coisa, nunca tinham estudado aquilo e tal. Eu, na realidade, fiz os pareceres de todas as comissões da Câmara, fiz vários discursos de deputados apoiando, em nome de seus partidos, explicando, dando votos, e tal e coisa; fiz todos os pareceres das comissões do Senado.

LO - Agora, ela ficou parada um ano, a Lei... a Lei Orgânica ficou parada um ano no Senado, não ficou?

AA - Ficou, porque os senadores não entendiam do negócio. Se eu não acompanhava, se eu não estava ali... eu era diretor de jornal. Foi quando Carlos Lacerda ficou exilado um ano e tanto nos Estados Unidos e em Portugal. Eu aí assumi a direção do jornal. Então o meu tempo era muito menor. A lei andava na medida em que eu acompanhava, na medida em que eu tocava, quando chegava numa comissão um membro do senado, se eu não estava ou se não podiam falar comigo, aí adiavam a discussão, porque eu é que ia pra lá, recebia as emendas, os senadores me davam as emendas, 300, 400; eu ia pra casa, fazia o parecer, como eu fazia sozinho, outros com o grupo, depois levava pra eles, e tal. Eu fiz essa... essa lei, eu devo ter feito todos os pareceres que ela teve na Câmara e no Senado. Meio assinado por... por outros deputados e meio assinado pelos... senadores.

LO - Agora, depois de passar, então, mais de 10 anos, teve quase 13 anos, ela está no Senado 13 anos; em 1960, e ela de repente é aprovada no Senado em três dias e vai pra Câmara e é aprovada em três dias. A que é que o senhor atribui essa...

AA - Foi o acordo que eu fiz com [Gustavo] Capanema.

LO - Com [Gustavo] Capanema?

AA - Foi, fiz um acordo. Capanema se deu por... o acordo, eu digo, o acordo de Capanema é um acordo de governo. Ele me veio em nome do Presidente: "O presidente quer aprovar, reconhece o trabalho, todo mundo elogia o trabalho; agora, você há de reconhecer que isso é uma coisa dele, do PTB, da... e que ele não quer dar essa bandeira à UDN". Então, fizemos um acordo envolvendo Câmara e Senado. Aprovaríamos na Câmara, levaríamos pro Senado, eu prepararia todos os pareceres e tal e coisa, o Senado aprovaria; mas aí foi um acordo com o Getúlio, através do Capanema.

LO - Mas isso quer dizer, em 1960 ele está no Senado e é aprovado em seis dias. Quer dizer, porque que, de repente, foram três dias na Câmara?

AA - Bom, foi feito o acordo, o projeto estava apto e estudado, minuciosamente estudado; o impedimento era político, exclusivamente político, não é?

LO - Pois é, o acordo tinha sido feito muitos anos antes?

AA - Não, mas depois, quando... quando foi feito o acordo e apareceram, embaraços, não pode ser... veio a queda do Getúlio e tal... Quando Juscelino assumiu, fez-se de novo o acordo, também com o líder, que era Capanema, porque Capanema foi líder do Getúlio e foi líder depois do Juscelino também. Então, ele transava comigo todos esses problemas.

Aí, quando fez o acordo, eu digo: "Bom, agora dessa vez vamos fazer um acordo pra aprovar em regime de urgência". Ele mesmo requereu urgência... Ele mesmo requereu com os outros líderes, requereu urgência na Câmara, depois foi pro Senado, requeremos urgência.

MC - Mas, nesse momento, o senhor está dizendo que ficou um ano é... quer dizer, ficou um ano parado no Senado.

AA - Foi.

MC - O senhor disse que ninguém conhecia...

AA - Ninguém conhecia. O Senado...

MC - Não é nenhuma resistência política não?

AA - Não, não, o Senado apenas não conhecia o problema. Não encontrei nenhum senador, não se encontrou nenhum senador que como eu se interessasse na Câmara pelo... Então, precisou haver um acordo pra nós... (Interrupção da gravação)

MC - O senhor estava falando da resistência política no Senado...

AA - No Senado não houve resistência política. No Senado não houve ninguém que se interessasse pelo problema, sabe como é, ninguém que se interessasse pelo problema.

MC - Por que era conservador? O que é que era?

AA - É, porque não tem essas coisas no Congresso. Um assunto desses, técnico, você não tendo quem se interesse, não anda, sabe como é? Agora, quando nós fizemos os entendimentos, aí eu fui pro Senado, que também era um negócio meio delicado, e o deputado dava sempre uma ciumada. E o deputado chegava e... começava a querer influir no Senado. Mas aí fez-se um entendimento interpartidário, Câmara e Senado; eu aí passei a dar assistência técnica ao Senado pra ele votar.

MC - Ministro, por que é que o PTB, a partir dos anos 50, se interessa por aprovar a Lei Orgânica? Porque até aquele momento ele resistia, se colocava contra, e a partir de 1954, 1955... (superposição).

AA - Porque é... ali a Lei Orgânica já era uma reivindicação da opinião pública, todo mundo reconhecia a sua necessidade. Eu tinha feito conferências em quase todos os estados, quase; a imprensa, naquele tempo que estava começando a televisão, fazia o primeiro debate em televisão, que ia até meia noite, sobre Previdência Social, com os trabalhadores de sindicatos. Aí ele viu que não podia ficar fora do processo, porque a UDN terminava tomando conta, porque ou era ela... Aí, eles passaram a se interessar.

MC - Eu gostaria que o senhor se detivesse nessa pressão dos trabalhadores. Como é que ela se fazia?

AA - Ela se fazia mais assim, no sentido de me convidar pra conferência nos sindicatos. Eu ia, explicava, debatia, depois conseguia uma nota deles, ou eles me davam uma nota apoiando a Lei Orgânica, e tal e coisa, exigindo do governo. Eu consegui que eles passassem

telegrama pro Presidente da República pedindo apoio para o projeto e tal. Alguns denunciando que o projeto não andava porque era do, o autor era da UDN, alguns mais atrevidos, e tal e coisa. Essa pressão foi se fazendo. Por outro lado, o Carlos Lacerda, de quem eu era colega, passou, como líder, a dar um apoio grande ao projeto, não é? O Carlos Lacerda foi o único sujeito da UDN que quis incorporar um projeto como uma coisa udenista. Os outros eram o "Projeto do Aluizio", mas o Carlos Lacerda, com um sentido político, quis que a UDN o tomasse como bandeira. Foi aí que Capanema viu que a coisa começava a ser reclamada e estava... terminava a UDN ficando realmente como dona. Aí, ele me propôs esse acordo.

MC - E isso, em que período o Carlos Lacerda teve essa atuação?

AA - Como líder da oposição, líder da UDN...

MC - Em que ano...?

AA - 1953, 1954, por aí.

LO - Ministro, a gente pode dizer que o senhor foi um parlamentar que esteve muito ausente no Parlamento, mas muito presente nas comissões?

AA - Não, não, eu tinha muita presença. Eu era vice-líder do plenário. Eu não era muito era de debates políticos; eu era mais de debates, assim, problemas do Nordeste, problemas da Previdência, problemas da educação; eu não me interessava muito por aquele debate político contra o Getúlio, não me interessava muito. Mas eu tinha muita presença na discussão de todos os projetos, assim, de previdência, de educação, de Nordeste, de crédito rural, eu tinha muita presença nas comissões e no plenário. Agora, como esses debates, em geral, não interessavam muito à imprensa, a imprensa é você tocar o pau no adversário, esculhambar com Getúlio, e tal e coisa, o que aparecia mais era o debate político, que é do que a imprensa se interessava. Os debates técnicos, a imprensa dizia assim: "Ontem o senhor Carlos Lacerda debateu com Vieira de Melo" e dava uma... depois dizia assim: "Foram depois discutidos os projetos tais e tais, como a participação do senhor fulano, fulano" e era uma notinha.

LO - É... parece que a partir de 1956, mais ou menos, estava na imprensa a questão da previdência, não é?

AA - É, aí o presidente foi se desmoralizando, aquela pelegada, aquela coisa se deteriorando, dificuldades financeiras... Aí começaram a se preocupar com isso e tiveram que buscar a solução que estava lá, que era...

MC - Já que o senhor é um... foi muito ligado à imprensa, foi diretor de um jornal importantíssimo como a *Tribuna da Imprensa*, e que era um jornal que denunciava, quer dizer... (interrupção da gravação). O senhor foi diretor de um jornal importantíssimo como a *Tribuna da Imprensa* e que na época era um dos jornais que mais denunciava as fraudes do governo, não é? Eu gostaria que o senhor tentasse se lembrar de um grande escândalo da Previdência Social ou um, ou mais...

AA - A venda que a imprensa, a *Tribuna da Imprensa* impediu. Aquele prédio da esquina da [Avenida] Getúlio Vargas, aquele prédio da Candelária, onde é hoje o Banco Central, aquele da esquina, ali, aquele prédio era do Instituto dos Comerciantes. Então, foi tramada a

venda daquele prédio a um banco, não me lembro o nome do banco, mas ligado à política, e a Tribuna da Imprensa... eu soube e levantei na Tribuna da Imprensa reportagens e mais reportagens e discursos na Câmara, e impedimos a venda do prédio da Previdência a esse banco particular. Terminou depois a Previdência vendendo ao Banco do Brasil pro Banco Central. Esse foi... depois houve reportagens, que eu mesmo orientei na luta pelos acidentes de trabalho, do escândalo do acidente de trabalho, quer dizer, falsificação de laudos médicos, falsificação de contas e invenção de doenças, de acidentes, pra beneficiar as companhias, e tal e coisa. Isso foi uma grande campanha que a imprensa fez, a Tribuna da Imprensa fez sob minha orientação. Esse também da venda do prédio, que eu estou querendo me lembrar, era até um espanhol o dono desse banco (pausa longa). Eu não me lembro agora. E nós conseguimos impedir, o negócio já feito, nós conseguimos impedir e tal.

LO - Ministro, o senhor participou da Comissão de Inquérito sobre Arrecadação e Aplicação das Rendas dos Institutos da Previdência, em 1948. O senhor lembra das conclusões, o que ocorreu...

AA - É, houve... quer dizer, e fui relator da comissão, e o meu relatório foi muito duro, muito radical. Eu fui derrotado, o meu relatório não foi aprovado, e foi designado um líder do governo, Augusto Torres, como era Artur Hadock, que nem fazia parte da comissão. Quando ele viu que eu ia ganhar, tomou uma série de providências é... inquéritos administrativos que eu mandava abrir, redução de recursos, abertura de várias providências, e eu ia ganhar. Ele aí entrou no dia que ia ser votado o relatório, foi designado pra membro do relatório, e aí ele mobilizou e, em nome do governo, fechou a questão e o meu relatório foi... foi voto vencido, e ele foi o relator.

MC - O senhor falou que foi muito duro, não é?

AA - Muito duro. Porque eu denunciava vários abusos, vários escândalos, utilização de recursos da Previdência pra finalidades fora da Previdência, do PTB ou do governo, são homenagens a ... a Getúlio, a políticos, feitos por conta da Previdência; alugueis de trens e ônibus para as campanhas políticas e tal. Essas coisas todas eu consegui apurar e no meu relatório constava tudo isso, mas eu fui derrotado por um voto. E então ficou como voto vencido, e a custo foi relator Hadock, o relator do ponto de vista vitorioso, e preparou.

LO - Agora, isso foi em 1948, foi no governo do Dutra. Permaneciam as mesmas condições, quer dizer, mesmo no governo do...

AA - Ah, sim, porque o Dutra foi obrigado a negociar com o PTB, com aquela mesma máquina que vinha do Estado Novo do tempo deles. A UDN era... perdeu as eleições, ficou a máquina do PDS e do PTB.

MC - Foi no governo Dutra que foi a época de uma... da grande expansão da construção de conjuntos habitacionais pelos institutos. O senhor se lembra desse período de muito escândalo? O senhor podia falar um pouco mais?

AA - Pelos institutos... Muito escândalo que houve... Não me lembro, assim, de detalhes não, mas sei que na época houve muito escândalo no Rio, nos estados mesmo; prédios que foram construídos, depois caíram...

LO - Caíram?

AA - Caíam.

LO - Espera aí Dr. Aluízio, espera aí um instantinho...

AA - Teve uma...

Fita 3 – Lado A

MC - O senhor disse que alguns caíam...

AA - Era uma vila lá no Rio Grande do Norte, uma vila construída pelo Instituto dos Marítimos, que antes da inauguração ruiu, caiu. Quase todas as casas racharam, porque aquilo era feito para dar construção a empreiteiros ligados à situação local, a situação política.

Houve muitos abusos naquele negócio, ou então exigiam que as prefeituras doassem os terrenos. Como as prefeituras não queriam comprar bons terrenos, compravam os terrenos fora, as casas ficavam construídas fora, e os sujeitos não queriam habitar as casas que ficavam fora da cidade e tal.

MC - Mas aí, como é que é...

AA - Vamos dizer: o IAPETC queria fazer uma casa pra motoristas, aí pedia doação à prefeitura; a prefeitura não tinha terreno, ou não queria comprar terreno, aí pegava o terreno a... 18 Km da cidade e doava. O IAPETC mandava fazer, depois ninguém queria morar naquelas casas, e muitas ficaram abandonadas lá.

MC - Mas assim mais para o Centro-Sul, o senhor sabe assim de alguma coisa, assim... (superposição).

AA - Não, não me lembro assim, não. Não me lembro assim, não.

MC - É, eu até gostaria de perguntar ao senhor como é que era a Previdência, como é que eram os institutos lá na terra do senhor, no Rio Grande do Norte?

AA - Era a mesma coisa dos outros estados.

MC - Quais eram os institutos mais fortes no...

AA - Lá, o mais forte era o IAPC, porque lá não havia muita indústria e o IAPI era fraquinho. Era mais comércio era o IAPC. Bancos também eram poucos, o IAPB era fraco. Era IAPC e IAPETC.

MC - IAPETC...

AA - Mais IAPC.

LO - Voltando a uma questão que a gente deixou passar, o senhor lembra no início dos anos 50, do I Congresso Brasileiro de Previdência Social, que foi discutido na Câmara e...

AA - Eu me lembro, fiz conferência lá.

LO - Ah, o senhor fez conferência no congresso...

MC - Que foi presidido pelo Elias Adaime?

AA - Foi, eu fiz, era baixinho o sujeito. Eu fiz debates lá, fiz uma apresentação da Lei Orgânica e debati o projeto lá.

LO - E como é que foi recebido esse projeto lá?

AA - Bem.

LO - O senhor foi bem recebido lá?

AA - Muito bem recebido.

LO - Parece que a Câmara não queria discutir a propriedade ou não da Câmara dos Deputados apoiar o Congresso, não foi?

AA - Não, o problema foi o seguinte: a Câmara como foi, houve um problema lá com o PTB. O PTB tomou conta do congresso, ou quis tomar conta do congresso e os outros partidos reagiram. Então, eles pediram uma comissão, e cada partido indicou um membro pra representá-lo nesse congresso, e tal e coisa. Mas no começo o PTB queria que a comissão fosse só o PTB, que a Comissão Parlamentar para o congresso fosse só do PTB. E os outros partidos não aceitaram.

LO - Agora, no congresso, sobre o que aconteceu... é que pela primeira vez nós encontramos uma pessoa que participou desse congresso! O senhor se lembra de mais alguém que tenha participado, ou que esteja vivo, quer dizer, alguma coisa sobre o congresso, o senhor se lembra do congresso?

AA - Não me lembro onde era, não.

LO - Era no Rio de Janeiro, não é?

AA - Era no Rio de Janeiro. Fui lá e fiz uma exposição e depois um debate, que se prolongou até nove horas da noite. Perguntas...

LO - Mas era a participação dos trabalhadores ativa?

AA - Muitos trabalhadores.

MC - Era participação ativa...

AA - Ativa, mas mais no sentido de perguntar, eles recitavam aquelas reivindicações, aquela coisa, e era mais, naquela época, coisa que fica... era mais o negócio da aposentadoria

ordinária, da acumulação da aposentadoria pros ferroviários... eram os problemas assim específicos, não eram as teses, não, eram as soluções assim...

MC - E o senhor se lembra de outras questões que eram levantadas, que estavam sensibilizando os trabalhadores? Por exemplo, a assistência médica era uma...

AA - Bom, eles... eles não se opunham muito ao negócio de cálculo atuarial, não é? Não queriam saber de cálculo atuarial. E começaram a exigir mais benefícios, redução de idade pra aposentadoria e aumento de aposentadoria, aumento de pensões, e não sei o quê. Aí a gente vinha alegar: "Mas não pode". Aí eles diziam que o cálculo atuarial era um negócio contra o trabalhador, não sei o quê; era uma maneira que o governo tinha de ficar com o dinheiro do trabalhador e não prestar serviço.

LO - É, um outro tema que ficou ainda é com relação à LOPS, em 1960. Eu queria saber mais ou menos o que o senhor achou da LOPS de 1960, da propaganda...

AA - Eu achei que foi um avanço importante e, em alguns aspectos, eu acho que foi um negócio... O plano de benefícios, por exemplo, ficou muito mais coerente, igualou o plano de benefícios pra toda a Previdência, que antes era... cada um tinha um plano de previdência, não é? Cada um tinha... O IAPETC tinha o seu plano e conseguia tais e tais benefícios, em tais condições, o IAPB concedia tais; cada um tinha o seu plano de benefícios, plano de benefícios conforme queria ou conforme podia. E aí passou a ter um sentido de justiça social, um plano de benefícios igual pra todos; tanto fazia ser IAPB, IAPI, IAPETC, o plano de benefícios passou igual, a contribuição passou a ser igual, viu, já foi um avanço grande.

MC - Como é que o senhor avalia a entrada da direção colegiada na LOPS?

AA - Hoje eu tenho dúvidas. Naquele tempo, eu acreditava muito na solução. Depois eu vi, pelas experiências feitas no IAPETC, que o trabalhador brasileiro não estava preparado pra isso; o empregador só ia pra lá no sentido de reduzir responsabilidades financeiras pro empregador. E o trabalhador terminava como um sujeito pobre e tal, que só entrava lá com um mandato de dois anos, de três anos; a preocupação dele era logo assegurar-se pra reeleição e empregar a família, não é? Então, o presidente do IAPETC, Hilton Santos, por exemplo, tinha lá o representante dos trabalhadores e dos empregadores, e ele resolvia os problemas todos; dava emprego a cada um, os empregos que eles queriam, e tal e coisa, e ainda quem dirigia era ele sozinho.

MC - Como era o nome dele?

AA - Hilton Santos. Ele só fazia assinar, é... os outros só faziam assinar a data. Então, eu vi que não há ainda uma consciência de classe, trabalhadores e tal, defender o seu instituto, não. O sujeito ia pra lá, negociava logo, uma secretária, tinha logo um gabinete, e começava a empregar; e o presidente, pra poder prendê-lo, começava a dar emprego a seus parentes, e tal e coisa; terminou se tornando uma solução realmente estéril.

MC - Mas parece que a preocupação na época de direção colegiada era, além da... participação maior dos trabalhadores na direção da Previdência, era... estava ligado a tentar acabar com o empreguismo, não é?

AA - Não, mas aumentou.

MC - Aumentou?

AA - Foi. A solução não foi boa, não... Não foi boa não, porque o sujeito chegava lá e só tinha duas preocupações: garantir a permanência dele, não sair nunca mais, não voltar nunca mais pra dirigir automóvel nem caminhão, ficar lá no gabinetezinho e empregar a família. E pra não ser combatido pelos outros, empregava a família dos outros também. Foi uma desgraça!

MC - Então, o senhor considera que antes a indicação dos presidentes dos institutos pelo Presidente da República era melhor?

AA - Eu acho, eu acho. Ainda agora eu disse a Rafael [de Almeida Magalhães], Rafael está pensando em fazer empregador, empregado e tal, eu digo: "A experiência que eu tenho não é boa, doutor... não é boa".

MC - E quando o presidente indicava uma pessoa que também...

AA - Isso é coisa... o azar de ter a... tem a imprensa pra combater, tem o Parlamento pra combater, pra afastar, mas é muito mais fácil ele acertar do que você fazer o negócio, assim, aparentemente democrático, e no fundo servir só para os interesses pessoais dos grupos que elegiam aquele sujeito.

MC - Então, o senhor achava que na época que o PTB controlava a Previdência Social, as indicações dos presidentes...

AA - Altamente devasto... nefasto.

MC - Ué, mas então como é...

AA - Não, o PTB, eles... eles indicavam ora exalando vitória ou através das classes. No caso, o IAPETC era... todos os representantes eram indicados pelo PTB, tanto os patrões como os empregadores, e tal e coisa. Porque a previdência do IAPI, que resistiu, e a do IAPB, ficaram na mão do PTB.

LO - Agora, no período em que o Presidente Jânio Quadros passou ao poder, é a UDN que está no poder, mudou a questão da nomeação, da politicagem?

AA - Mudou um pouco, eu não posso lhe dar um depoimento porque eu estava no governo do Rio Grande do Norte, muito envolvido lá, não acompanhei muito não, viu? Mas também foi pouco tempo, o Jânio [Quadros] saiu logo; não acompanhei muito, não.

LO - O senhor acha que a pressa de aprovar a Lei Orgânica da Previdência Social em seis dias, depois de 13 anos que ela fica no Congresso, ela é aprovada em seis dias, o senhor acha que a pressa pode ter feito com que houvesse erros de última hora?

AA - Não, não, porque não houve quase modificação nenhuma. As emendas foram mais formais pra justificar substantivos assim... mas não... praticamente foi o mesmo projeto.

LO - Agora, parece que houve algumas tentativas de vetos de última hora. O senhor lembra disso?

AA - É, eu sei. Mas..., mas não prevaleceram, uma coisa ou outra assim... mas não prevaleceram, eu me lembro.

LO - O senhor lembra de quem estava tentando?

AA - Não me lembro, não, mas acho que, em matéria de contribuição, o governo queria logo fixar uma contribuição, em vez de ficar com aquele critério; porque achava que ia haver pressão para ele não subir nunca, ficar sempre no mínimo e tal. Mas terminou, terminou prevalecendo mesmo o projeto do Congresso.

LO - O senhor lembra de um memorial da Associação Médica Brasileira sobre a LOPS, em 1959, 1960, no Congresso, ou não? Lembra da intervenção da Associação Médica Brasileira?

AA - Não, não me lembro assim, não.

LO - Quem mais pressionava em cima da LOPS naqueles últimos momentos em 1960, quem estava mais pressionando: setores sociais, grupos...

AA - Muito pouca pressão. O negócio foi feito, o entendimento foi feito numa tarde. [Gustavo] Capanema foi ao palácio, voltou no dia seguinte; a partir dali, foi uma execução rapidíssima, não houve nem... nem discussão.

MC - E o Batista Ramos nisso tudo?

AA - Portou-se muito bem porque não entendia do negócio, assinava o que a gente dava pra ele assinar.

MC - Quer dizer que o senhor acha que a participação do Ministro Batista Ramos naquele período era... um sujeito sem maiores vaidades, ele chegava, assinava as coisas, foi muito importante a contribuição dele no sentido do acordo, ele... ele foi um dos que puseram na cabeça do presidente a necessidade de aprovar e tal, ele foi um dos... dos sujeitos que mais incluíram na época. Ele era do PTB e mostrou que a gente tem que chegar a um acordo, a nação está reclamando a Lei Orgânica, a imprensa, a Previdência estava precisando; então ele foi muito importante.

LO - Parece que o papel do Carlos Lacerda, o Deputado Carlos Lacerda na época também foi muito importante...

AA - É, mas foi no sentido contrário, quer dizer, ele começou a me apoiar e a reclamar, e aí o governo começou a ver que ele tem... a UDN terminaria tomando conta; então interessou-se também, nesse sentido. Ele amedrontou o governo, da UDN passar a ser da Previdência Social, a bandeira da UDN. E o governo se apressou em fazer o acordo. E o Batista Ramos foi muito importante. Ele é um sujeito sensato, sujeito inteligente é... negociou bem.

LO - A UDN estava disposta a aprovar o projeto em quaisquer condições?

AA - Politicamente, não é que ela achasse, mas achando que tirava uma bandeira das mãos do governo... Era uma bandeira, porque a UDN sempre teve uma grande frustração de não penetrar nos meios operários, e aí ele viu um caminho, o Carlos Lacerda descobriu pra ela um caminho. Eu não tinha colocado o problema assim, porque eu estava interessado numa solução técnica. O Carlos Lacerda estava interessado era em tomar conta do negócio, e a UDN viu aí um caminho de eliminar um pouco essa sua frustração de não ter penetração nos sindicatos e tal.

LO - Parece que houve até uma grande reunião do Deputado Carlos Lacerda e líderes sindicais. O senhor participou dessa reunião?

AA - Eu fui, fui eu que promovi, fui eu que promovi aquela reunião, porque em determinado momento eu... o Carlos Lacerda, porque achava que com isso forçava o governo a fazer o acordo; eu, porque achava que o governo, mesmo não fazendo, a gente devia ficar com uma posição marcada, e era uma maneira da gente entrar nos meios operários, e tal e coisa; aí fizemos a reunião... Carlos Lacerda participou...

MC - Quando é que foi essa reunião? O senhor sabe?

AA - Não me lembro assim a data, não. Eu me lembro do local, foi na Rua Visconde de Inhaúma, por ali; foi na sede de um sindicato, em cima de um sobrado.

LO - O senhor se lembra da reunião, quer dizer...

AA - Me lembro, porque eu fui primeiro para a reunião... anunciavam que Carlos Lacerda seria vaiado lá pelos trabalhadores. E eu não, eu já tinha participado de várias e fui pra lá. Depois de sentir o ambiente, telefonei pra ele dizendo que ele podia ir; e ele foi, foi aclamado; falou muito bem.

LO - Quem estava presente? Líderes de todo o Brasil?

AA - Tudo que era presidente de sindicato e líderes sindicais e tal.

LO - Eles reivindicando e...

AA - Não, eles... Carlos Lacerda ocupou a tribuna, alguns deles falaram e tal, mas não houve muito debate não.

LO - É, o senhor lembra... o senhor falou que no Senado não havia... não houve grande participação em relação a...

AA - É, nem interesse.

LO - Agora, parece que teve um senador, Lima Teixeira, o senhor lembra dele?

AA - Era do PTB, mas aí foi porque ele foi designado relator, não é? Aí tinha que ter o Batista Ramos de lado, não é? Mas esse Lima Teixeira era da Bahia, do PTB, coitado, era um homem, um homem bom, e ele... ele só fazia me telefonar: "Já está pronto?" Participou das emendas, eu levava tudo pra ele, ele não criou dificuldade nenhuma (risos).

MC - Pelo que parece o Batista Ramos era muito bom politicamente, mas de previdência ele não... não conhecia nada.

AA - Nada, nada, nadinha. Eu preparei o substitutivo dele, mudei alguns... alguns artigos lá, e tal e coisa, levei pra ele assinar e ele nem leu.

MC - Sim, nesse momento os técnicos, qual é a participação deles?

AA - Não, não apareceram, não. Eu discutia com eles nos institutos.

MC - Sim, mas o senhor acha que eles tiveram grande influência na atuação do senhor?

AA - Grande, grande, grande sim, grande. Tiveram uma participação importantíssima.

LO - Agora, no dia, na noite da aprovação da LOPS, a última, em 1960, a noite de 25 para 26, a tal chamada "Dramática Vigília", que alguns chamam da LOPS, o senhor tava lá?

AA - Estava. Quem dirigiu toda a votação fui eu. Toda a votação, eu é que dava os pareceres, distribuía os papéis, dava parecer... o relator dava parecer contrário, e tal e coisa. Quem dirigiu toda a votação fui eu...

LO - Parece que foi uma noite muito trabalhosa, porque foi a noite inteira, não é verdade?

AA - Não, mas aí não foi só porque... porque era uma lei muito grande, com muitas emendas, sempre demorava; e aí todo mundo queria é... fazer sua fitinha, não é? Pros trabalhadores e tal. O sujeito sabia que a emenda ia ser derrotada, mandava dar aposentadoria de 100%, com dois anos de contribuição; mas ia para lá para defender e tal, pra poder estar... (risos). Mas já estava tudo combinado, não havia... não houve surpresa nenhuma na votação.

LO - O senhor considera que a LOPS foi, ainda assim, muito abrangente; quer dizer, ela criou muitos benefícios sem... sem ter a contrapartida de recursos?

AA - Não, o Plano de Benefícios correspondia exatamente ao Plano de Custeio, tinha condições. A má administração depois, na Previdência, é que levou à situação de dificuldades financeiras. Mas o Plano de Benefícios era viável pelo Plano Atuarial, e o plano era um sistema de capitalização que previa... o plano era baseado no seguinte: se, em determinado dia, cessassem todas as contribuições, extinguissem a Previdência, a Previdência teria condições financeiras, pelo Plano Atuarial de Capitalização, de pagar todos os benefícios concedidos até... até aquele dia, até que as pessoas morressem. Então, era um negócio assim bastante, bastante equilibrado. Agora, a má administração depois é que... é que levou a Previdência a... a dificuldades financeiras.

LO - É... parece que o Plano de Contribuições previa que, para aposentadoria, bastava... o último ano de contribuições era base para o cálculo da aposentadoria e, conseqüentemente, a aposentadoria ficava 100% do salário, praticamente.

AA - Não, mas não foi aprovado isso, não, passou para... no começo era assim, mas depois passou para 24 meses, diminuiu um pouco.

LO - As pensões também, parece que eram muito... eram iguais às aposentadorias.

AA - Não, era... era, era 50% para a mulher, para a viúva, e 10% para cada filho. Se ele tinha três filhos era 80%, se ele tinha um filho era 60%, se ele tinha cinco filhos ou mais, era 100%.

LO - Era 100%... isso era um dos argumentos dos que diziam que isso ficaria muito caro, porque se morrer um trabalhador, um...

AA - Mas lá no cálculo atuarial já estava previsto isso. O que realmente levou a Previdência a dificuldades foram três fatores: primeiro, má administração financeira; segundo, falta de pagamento das contribuições dos... do governo e de empregadores; terceiro, já no governo [Ernesto] Geisel, a extensão dos trabalhadores rurais sem retribuição nenhuma, e mediante... Como eles não tinham registro de trabalho organizado, mediante atestado do proprietário, que fulano trabalhou 30 anos na minha propriedade e tal, que qualquer pessoa dava. Aí tem um bocado de gente que nunca trabalhou cinco anos numa propriedade e está com atestado.

MC - Mas de certa maneira essa... isso que o senhor está mencionando, na época do Geisel, não era o máximo de seguridade social, aquilo que, de certa maneira, o senhor defendia no projeto de 1945?

AA - Era, mas... não, mas eu sempre previa mediante uma retribuição; quando eu previa a extensão ao trabalhador rural, era mediante uma contribuição do trabalhador rural. Aí não, aí ele mandou dar sem retribuição nenhuma. E, considerando o tempo de serviço de todo mundo, bastava um atestado do proprietário dizendo que "O sujeito trabalha há 25 anos na minha propriedade, 50 anos...". Eu não, eu fazia melhor. O trabalhador rural entrava como qualquer outro trabalhador, porque era seguro; o que o Geisel fez foi assistência social. Mandou eu dar aos trabalhadores rurais recursos que não foram gerados por contribuições deles.

MC - Mas dentro da ideia de seguridade social não está embutido aquele Relatório Beveridge, que tanto sensibilizou o senhor, não estava vinculado mais ao... à ideia de assistência do que de seguro?

AA - Estava, mas... ali... não, mas ali é um sistema diferente neste ponto. Lá o sistema era o de repartição, então era de cada exercício financeiro, o Estado cobria as despesas. Aqui, nós adotamos o sistema de capitalização; então não era o sistema de exercício financeiro. O Plano de Benefícios devia... o Plano de Custeio devia representar o pagamento de benefícios já concedidos até o seu final e, para isto deveria ter um acréscimo, como mais para... aplicado em imóveis e títulos, e não sei o quê, render o suficiente para enfrentar a inflação no aumento destas pensões, através do tempo, e das aposentadorias... Isto é completamente diferente.

MC - Não, mas parece que depois da Revolução de 1964, o regime se tornou um regime de repartição, não?

AA - Em termos, mas um regime de repartição em que o Estado não paga, ainda hoje, não paga. Ficou assim: benefícios por conta do empregador e do empregado, o governo paga as despesas administrativas; tiraram o dinheiro dos benefícios pra pagar as despesas administrativas. Aumentaram as despesas administrativas e, como não entrava o pagamento do Estado, então o dinheiro dos benefícios entrou, e daí vieram as dificuldades.

LO - O que o senhor achou da unificação em 1967?

MC - E da forma como foi feita?

AA - Eu achei boa, eu achei boa. Eu acho que num país como o Brasil, onde você precisa ter instituições fortes, eu achei importante. Na época, eu achei que foi uma solução boa.

LO - E, de certa forma, já estava previsto no seu projeto de 1947?

AA - Já. Mas talvez no meu tempo, no tempo em que eu vi isso, talvez não tivesse sido, não tivesse ainda amadurecido. Eu acho que chegou numa época boa.

MC - Mesmo que a atuação dos trabalhadores nesse período já não fosse mais é... não estivesse mais presente, a unificação foi feita sem que...

AA - Foi feita sem a participação, mas a participação dos trabalhadores era muito pequena nesse negócio, muito. Os trabalhadores não têm ainda uma consciência de... nem estudam o problema. Eles têm a CUT fazendo... organizando essas greves, e tal e coisa.

MC - Mas por trás do PTB não havia uma, um...

AA - Nada, não havia nada. Havia um bocado de politiquero querendo emprego para se eleger, para eleger o emprego para a mulher, pro filho, para não sei o quê e tal. Não havia nenhum trabalhador consciente, crítico. Nada, não, nenhum.

LO - Ministro, voltando a uma pequena coisa que me passou: em 1956, o senhor foi observador parlamentar da Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra.

AA - Fui.

LO - O senhor discutiu a Previdência Social lá, não?

AA - Não, porque eu fiquei envergonhado, porque cheguei na conferência e, no primeiro dia da conferência, me cobraram vários acordos internacionais que há oito anos tinham sido votados com, com o voto do Brasil lá, e que não tinham sido homologados; não estavam em vigor em outros países e não estavam em vigor no Brasil, porque não tinham sido homologados aqui pelo Congresso Nacional. Aí eu me limitei a levantar esses acordos essa, esses compromissos...

LO - Quais eram os compromissos?

AA - Não me lembro mais assim não. Não me lembro mais, não. Mas eu trouxe todos eles e consegui fazer um relatório, numa reunião secreta da Câmara, chamando a atenção da Câmara para a responsabilidade internacional e consegui aprovar vários aqui, em poucos meses.

Porque eu cheguei lá, e encontrei essa situação: o Brasil tinha tido, às vezes era até iniciativa do Brasil apresentar projetos, tinha sido aprovado... Aquilo e aprovado lá, vai pro país, o país tem que homologar no Congresso. Os outros países homologaram, estavam cumprindo, e o Brasil não tinha homologado nenhum. Tinham não sei quantos. Aí, eu fiz um levantamento, passei lá uns cinco ou seis dias, fiz um levantamento de todas as questões.

Cheguei aqui, fiz uma exposição para a Câmara e os projetos tão todos aí e tal, publicados e tal, aprovados e tal e coisa.

LO - Numa sessão secreta por que, hein?

AA - Porque deixava o Congresso muito mal, não é? Eu queria... o Congresso... deixava o Brasil muito mal. O Brasil tinha, algumas vezes, proposto soluções, acordos, levado os países a aceitar; depois os outros países tinham homologado, tinham posto em execução, e nós, que tínhamos, às vezes, até proposto, não tínhamos aprovado ainda. Ficava o Brasil muito mal, assim, nas relações internacionais. Aí eu fui à Comissão de Relações Internacionais e vi que não dependia só dela. Era comissão de trabalho, comissão de não sei de quê e tal. Então resolvemos fazer uma reunião secreta da Câmara e, nessa reunião, eu expus o problema, o vexame da representação brasileira lá, a cobrança do Brasil, por causa da irresponsabilidade e inconseqüência tal, tal. E aí foi designada uma comissão especial, da qual eu fiz parte; levantamos todos os problemas regimentares, todas essas coisas, e fizemos uma... em poucos meses aprovamos todas as convenções.

LO - O senhor escreveu um livro também: *O Seguro de Acidente e sua Função Social*. Quando foi que o senhor escreveu esse livro?

AA - Foi nessa discussão. Mas eu não tenho, não. Não o possuo, não. Esse livro tem meu parecer na comissão e tem discursos no plenário, a discussão no plenário.

LO - O livro é dos anos 50?

AA - É mais ou menos da época, não é? Eu acho que foi em 1950, sim. Mas eu não poss... eu, eu tenho vários livros publicados, mas não possuo nenhum.

MC - Ministro Aluísio Alves, na época, só voltando um pouco mais, na época do Juscelino [Kubitschek], como é que eram as relações entre o governo Juscelino e a classe trabalhadora, o senhor se lembra? Porque, de certa maneira, parece que a preocupação do presidente, ao aprovar a LOPS, era no sentido de tentar uma aproximação com os trabalhadores.

AA - É, mas era mais... era mais pra ceder às pressões do PTB. O Juscelino entregou a parte do trabalhador ao PTB. Era o negócio dele, era o Jango [João Goulart] e tal, Vice-Presidente, e ele entregou tudo ao PTB. Então, ele também, ele entregava por necessidade política, mas ele não queria ser considerado assim um... um governo conservador; então ele ficava dando demonstrações de interesse, de empenho, e tal e coisa, mas quem... era tudo na mão do PTB e do Jango. O Jango chegou a me fazer uma proposta, numa noite em que nós conversamos na casa de Juracy Magalhães, que era amiga dele, trabalhava no SESI. É, ele chegou a me fazer a proposta, em determinada época, eu não me lembro quando, ainda não tinha sido aprovado o projeto, para eu entrar no PTB que eles aprovavam o projeto. Imediatamente eu disse: "Não, prefiro aprovar o projeto". Depois terminei negociando, passando a autoria do projeto para o Batista Ramos.

MC - O senhor disse que foi governador do Rio Grande do Norte. Foi até que ano?

AA - Eu peguei Jânio [Quadros], em 1961. Depois peguei Jango parlamentarista, Jango presidencialista e [Humberto de Alencar] Castelo Branco.

MC - Então, nesse período o senhor estava muito ligado à questão da previdência, não? O senhor estava...

AA - Não, eu já tinha deixado. Essa negociação com Jango foi quando ele era Vice-Presidente do Juscelino.

MC - Como é que o senhor avalia esta trajetória da previdência, principalmente depois do golpe militar? O senhor acha que com o golpe militar de 1964 houve realmente uma mudança em nível da previdência? Melhorou ou piorou? Como é que o senhor vê?

AA - Eu não acompanhei muito, não tenho muito condições de avaliar, não. Acho que a qualidade dos serviços piorou bastante (superposição). A situação financeira também. E, sobretudo, com um regime recessivo, com a recessão, com muito desemprego, caíram muito as contribuições. Tanto que ela melhorou agora, porque aumentou o número de empregos, aumentou o número de... os salários aumentaram e tal. Mas não sei se... acho que importante foi a unificação assim em órgãos nacionais, isso foi importante.

MC - A que o senhor atribui isso que o senhor colocou como tendo piorado? Essas coisas que pioraram...

AA - Porque a carência de recursos, o governo deixou de pagar as contribuições, a Previdência ficou vivendo só de recursos de trabalhador e empregador. O empreguismo foi muito grande neste período e então agravou muito a situação financeira e, em consequência, piorou muito a qualidade dos serviços (forte ruído ao fundo).

LO - Ministro Aluísio Alves, o senhor estava falando no Eloy Chaves, de 1923, e que é o marco da Previdência Social. Sem dúvida, depois de Eloy Chaves, 1947 é também um outro marco grande da Previdência Social?

AA - A Lei Orgânica foi um grande marco da... da previdência moderna. Depois, a eliminação dos institutos e a criação dos... eu acho que houve, há três grandes momentos da previdência atuarial na história: primeiro, a criação das caixas com Eloy Chaves; depois, a Lei Orgânica da, a criação dos institutos; depois, a Lei Orgânica reorganizando os institutos, unificando benefícios e tal; e por último, agora, a criação dos institutos nacionais. Foram os quatro grandes momentos da Previdência.

LO - Agora, aquele rapaz que nasceu em Angicos, que teve uma carreira ligada às questões sociais, que se preocupou...que, como essa história que o senhor contou pra nós, da construção da Previdência Social lá do Rio Grande do Norte, que faz uma lei orgânica, que é o mais jovem deputado da Constituinte, que faz uma lei orgânica que marca a Previdência Social brasileira... Por que o senhor largou a questão da previdência?

AA - Não, o problema é que... não larguei. É que você é deputado, de uma hora pra outra, você é designado relator de outra matéria... por exemplo, aí está a SUDENE [Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste] todo esse plano no Nordeste, então, a SUDENE tem muitos pais, tem muitos autores, não é? Eu tenho aí o livro de memórias do Embaixador Gouthier e o trabalho do Sett Câmara dizendo que a ideia da SUDENE resultou de uma exposição que eu fiz como presidente da Comissão do Polígono das Secas a Juscelino, na seca de 1958, a participa... a criação da SUDENE foi ideia minha que o próprio Celso Furtado...

LO - Ô Ministro, um instante...

Fita 3 - Lado B

AA - Foi o Celso Furtado.

LO - O senhor estava falando da criação...

AA - Da SUDENE. Foi... o Celso Furtado não queria, não; não pensava em criar o órgão, pensava em coordenar os órgãos existentes; e eu mostrei que os órgãos eram tão viciados e tão desacreditados, que um trabalho novo tinha que exigir um órgão novo. E então ele diz... o Gouthier diz no livro, e desenvolve... o Sett Câmara nesse documento que o Juscelino leu o meu trabalho, e aceitou a participação dos governadores que antes não eram... não estava previsto, a criação da própria SUDENE como ideia minha. Mas eu nunca fiquei preocupado em mostrar isso. Mesma coisa a Previdência Social; eu nunca tive a preocupação de ser o dono da Previdência. Naquela época, eu fui relator, cumpri a minha tarefa.

Quando chegou a hora do Nordeste, da SUDENE, eu era o deputado, prestei a minha contribuição, mas não fico querendo dizer: "Ah, eu fui isso, e essa previdência..." Se depois passasse a tratar de outro assunto, se como deputado me fosse atribuído criar o... o Projeto de Crédito Rural, eu iria estudar crédito rural, apresentar; depois largava, passava; você não pode ficar dono dos assuntos, assim não. Nunca tive essa... eu publiquei esses livros todos sobre previdência, sobre seguros, nunca guardei nenhum livro, nem tenho, não possuo.

LO - E nunca mais voltou a essas questões?

AA - Não, se amanhã... Houve um momento em que Tancredo [Neves] me disse que estava pensando em me entregar o Ministério da Previdência. Eu até na hora fiquei satisfeito, que era um desafio novo, eu ia retomar o problema. Depois, ele me disse que a Bahia estava exigindo a Previdência Social e então ele ia dar, ele ia me designar outra coisa. Pronto, aí passei a cuidar de reforma administrativa. Agora eu só cuido da reforma administrativa e amanhã, terminada a reforma, concluída a reforma, se tiver outra tarefa, eu vou cuidar de outra, aí não trato mais de reforma, eu faço a coisa de cada... eu cumpro um dever em cada momento que me é dado a cumprir, não tenho a preocupação assim de...

LO - Agora, tanto na Previdência quanto hoje, no Ministério da Administração, se a gente pode chamar assim, Secretaria Especial de Administração Pública, o senhor estava muito preocupado com a organização do trabalho, com a técnica, com a boa técnica e se retirar das questões políticas, ou da politicagem, não é? O senhor acha que isso unifica a sua atuação pública?

AA - Acho que sim. Eu acho que a deterioração da administração pública no Brasil é uma coisa impressionante, é um verdadeiro caos. E se eu conseguir enxugar isto, eliminar muitos abusos, criar a carreira do funcionário público, estabelecer o concurso como a única condição de investidura no serviço público, e criar a Escola Nacional de Administração¹ pra preparar dirigentes da administração pública e preparar estruturas ágeis, transparentes, a substituir a

¹ O depoente se refere à criação da ENAP – Escola Nacional de Administração Pública.

administração que há... um mês passou pela minha mão um processo de uma revisão de pensão de 1948, em que um dos beneficiários morreu e o outro está com 83 anos de idade, quase 40 anos o processo andando, pra fazer uma administração moderna, ampla, transparente, ágil, competente, eu acho que faço um... presto um bom serviço ao país. Depois disso, não vou mais ficar pensando nas glórias de ter feito isso; eu passo adiante, os outros é que façam, completem o trabalho; eu vou cuidar de outra coisa, se tiver de cuidar de outra coisa.

LO - Se o senhor tivesse que creditar a mais alguém o trabalho da conquista da Lei Orgânica da Previdência Social, além da...

AA - Moacir Cardoso... Moacir Cardoso, o grupo do IAPI, principalmente.

LO - É, curiosamente, no...

AA - E na... e fora do IAPI, uma participação boa na área política que trata da Previdência, o presidente do IAPC, Remi Acher que foi muito importante ao governo, junto ao Dutra, no sentido de vender a ideia da reforma da Previdência, irmão de Renato Acher.

MC - Ele está vivo ainda?

AA - Acho que está agora na Marinha, eu acho.

LO - Curiosamente, esse grupo que o senhor está falando do IAPI é um grupo que se torna hegemônico na Previdência Social, depois de 1964. O senhor acha que soube escolher, então quer dizer...

AA - Acho, porque eles não tinham preocupação política, não tinham... eles eram técnicos. Eles queriam fazer o seguro social correto e tal; era um grupo bom, muito bom. O Moacir é um homem a quem a Previdência deve serviços extraordinários. Ele era um homem idealista, espírito público; meio ingênuo, às vezes, mas um idealista, sem muita sensibilidade política, mas um homem com uma grande vocação de serviço público. E esse grupo do IAPI, competente, interessado, devotado, e tal e coisa, naquele tempo com um grande orgulho do IAPI... foi muito importante.

LO - É... eu tenho uma perguntinha que deixei passar. Com relação a 1947, Ministro, o senhor era relator da Comissão de Legislação Especial da Câmara, havia uma série de projetos, como nós já falamos, e houve inclusive um projeto que previa, do Brochado da Rocha, do PTB, que previa a universalização da Previdência Social, a fusão dos IAPs e das CAPs? A introdução da assistência médica e hospitalar em todos os setores e esse projeto foi rejeitado. De certa forma, o senhor queria ser o pai da Previdência, vetava os outros projetos...

AA - Não, não, o problema não era esse, não. É que o projeto era um projeto muito amplo, mas sem nenhuma base financeira. A ideia do projeto era boa. Agora, era um projeto que na época se fez uma análise atuarial e se exigiu uma contribuição mais ou menos de 15% do empregador e 15% da União; era um projeto muito amplo e sem nenhuma base financeira. Ele juntou um bocado de ideias boas, generosas: universalizar a assistência médica, universalizar isso e aquilo outro; agora, sem pensar no custo. Então, quando chegou na hora de calcular pra fazer aquele projeto, era preciso, se eu não me engano, era 15% de

contribuição de cada um. Aí não dava, tornou-se inviável; porque um projeto tem que se tornar viável. Não adianta eu querer fazer a melhor assistência médica, se eu não dou recursos pra fazer, não é?

LO - Mas a posição que o senhor ocupava como relator da Comissão de Legislação Social fazia com que o senhor, de certa forma, pudesse interferir nos projetos...

AA - É, mas eu não tinha essa preocupação, não; tanto não tinha que na hora que eu vi que foi aprovado, saindo oficialmente da minha autoria e passando para Batista Ramos, ele passou a ser o autor do projeto e eu passei a ser assessor dele. Não tinha preocupação nenhuma, e ele era do PTB, era de São Paulo, tinha pouca amizade comigo e tal, eu passei a ser assessor dele pra aprovar o projeto. Agora, o projeto de Brochado da Rocha, como outros que apareceram na época, eram projetos muito bons, mas sem nenhuma viabilidade financeira... Se é pra você dizer: "Bom, eu quero esse país, assim, de grandes hospitais e tempo integral de médico, o médico vai pra lá e não vai clinicar, vai ganhar muito bem e tal". Se não tem dinheiro, não adianta, não é?

LO - O senhor alguma vez utilizou os serviços da Previdência Social?

AA - Não.

LO - A vida inteira, nunca precisou?

AA - Não. Pra não dizer que não utilizei, quando eu estava na... eu era jornalista, eu era da Tribuna da Imprensa, em 1955, eu fiquei tuberculoso, e depois de dois meses, eu passei a receber a minha... 66% do auxílio-doença, pela Previdência, durante uns seis meses, oito meses, só até ficar bom.

LO - O senhor recebeu o pagamento da Previdência?

AA - Recebi, recebi.

MC - O senhor era ligado a que instituto?

AA - Era ao dos Comerciários, Tribuna da Imprensa, me pagaram.

LO - Os jornalistas eram ligados ao Instituto dos Comerciários?

AA - Eram. E eu recebi 66% e a Tribuna completava os 100%. Eu passei uns seis ou oito meses doente. Foi só, a única vez que recorri.

LO - É... tem alguma questão, eu queria... é só uma coisinha. O senhor acompanhou o Lampião em Angicos alguma vez?

AA - Não. O Lampião, o quê? O...

LO - O Lampião!

AA - Não, eu era menino, 1929; eu tinha oito anos, quando ele chegou a Mossoró. E Mossoró fica à uma hora de Angicos, hoje. Naquele tempo eram umas quatro horas de estrada, e então

o meu pai, que era presidente da Intendência, organizou aí uma resistência, convidou... eu me lembro que na entrada da cidade, perto do cemitério, foram postos aqueles sacos de areia, e quem tinha arma ia pra lá esperar e tal, porque ele viria, fatalmente, pra atingir a capital; ele iria passar em Angicos. Mas acontece que em Mossoró, ele recebeu uma resistência armada, e teve que recuar e ir embora. Perdeu um dos cangaceiros, Jararaca, eu acho, e eu me lembro que no dia seguinte ou dois dias, passou na carroceria do caminhão um dos cangaceiros dele, ferido, pra Natal e tal; e eu me lembro, menino, fui ver o cangaceiro, mas ele não chegou a ir a Angicos, porque em Mossoró ele teve a resistência armada do povo, ele foi obrigado a recuar.

MC - Então, já que a gente está colocando uma questão histórica, e sobre 1935, em Natal, o senhor teve alguma lembrança? A invasão dos comunistas em 1935...

AA - Tenho, eu morava entre o quartel do Exército e o quartel da Polícia. Então, nós ficávamos à noite, teve um dia inteiro de tiroteio entre os dois, não é? Deitados no chão, porque as balas passavam por cima da casa, por cima, no alto da parede da nossa casa e tal. Bom, eu estava no teatro, assistindo lá uma formatura do Colégio Santo Antônio, quando começou a revolução. Lá estava o governador.

MC - O senhor estava lá?

AA - Eu estava lá. Eu era repórter, estava lá, e assisti quando chegou o chefe da polícia, lá, o João Medeiros, e avisou o governador, e eles saíram e foram pra casa do Letieri, que era o Cônsul da Itália, e eu fui pra casa. Depois disso, só me lembro no dia seguinte, quando cessou o tiroteio e eles decretaram gratuidade nos bondes. E eu passei o dia todo andando de bonde, e tal. Mas eu era repórter, nesse tempo, do jornal *A República*, e eles fizeram o jornal *Liberdade*, o primeiro lá; aqui não chegou a distribuir, porque houve o fracasso, eles fugiram e o jornal não tinha sido distribuído; e eu cheguei, eu fui a primeira pessoa a chegar lá; *A República* era perto de minha casa, na mesma rua. E eu encontrei lá um sujeito morto, não sei quem era, nem me lembro como é que ele chegou lá morto, ele estava numa área morta, baleado e morto. E me lembro de um negócio que foi importante: eu encontrei, na sala de revisão, os originais das matérias que comprometiam Antonio Leal Menezes, que era secretário do meu jornal e que aderiu à revolução; eu não sei se ele era comunista ou não, aderiu e escreveu o jornal quase todo, e quando eu vi que era a letra dele, tirei os originais e queimei. Horas depois chegou o Exército para apreender o jornal deles e apurar. Não conseguiram identificar a autoria dos artigos comunistas, porque eu tinha queimado os originais; também não sabiam que tinha sido eu. Eu apenas disse: "Não, não encontrei nada e tal". Isso me valeu a grande amizade com Antonio Leal Menezes, muitos anos depois, porque eu o salvei; se eu não tivesse feito isso, ele teria saído dali pra cadeia, é, ia sofrer o diabo e tal. Eu me lembro da revolução.

MC - Mas parece que não houve a publicação de nenhum número desse jornal.

AA - Não, o jornal foi impresso.

LO - Foi impresso?

AA - Não chegou a ser... e eu encontrei milhares deles lá e muitos foram distribuídos depois, assim pra documento histórico, pra pessoas que foram lá; não houve uma distribuição popular, porque eles não tiveram tempo de distribuir. Fizeram, imprimiram, eu encontrei

pacotes enormes; mas minha preocupação não era o jornal, era ver quem tinha escrito. Aí vi que era o Antonio Leal, que era secretário do jornal, meu chefe, que tinha aderido, ou porque fosse comunista, eu não sabia, ou porque aderiu por oportunismo, não sei; sei que eu vi que era a letra dele e sabia que ia chegar a polícia e aí tirei e queimei tudo...

MC - Bom, os microfones estão abertos pra...

AA - Não, eu agradeço a vocês; lamento não poder oferecer mais, porque foram fatos que ocorreram há 30, 40 anos e eu estava recordando todos de memória, sem nenhuma nota, não tenho documento, não possuo nem a Lei Orgânica, nem os pareceres que dei sobre a Lei Orgânica, nem os discursos que fiz, não possuo nada. Eu costumo dizer que se alguém tiver a infeliz ideia de fazer minha biografia, tem que ter muito trabalho, porque tem que procurar tudo que eu não possuo; eu não deixarei nada pra... Eu sou um político, e tenho quase 50 anos de vida pública, não tenho uma fotografia, nem de governador, nem de candidato, nem de campanha, não possuo uma fotografia. Visitei o Presidente [Edward] Kennedy, nos Estados Unidos, negócio da Aliança para o Progresso, aquele movimento, depois ele me mandou uma fotografia da minha visita, nós dois sentados, conversando com o Embaixador Roberto Campos, oferecida por ele, eu não possuo nem essa fotografia, nem guardei, devo ter perdido. Numa dessas coisas tinha um livro dele, oferecido por ele e depois da morte dele pela Jackeline, quando o Bob Kennedy veio visitar Natal, eu era governador, me trouxe. Mas eu nem o possuo, eu já dei esse livro a quem me pediu; eu não guardo nada, não tenho um documento, uma carta do meu governo, não tenho um projeto do meu governo, não tenho um relatório meu. Se você... um relatório seu pra ir pra uma Assembleia Legislativa, eu não tenho nenhum guardado, deve ter lá no arquivo do estado, eu nem me preocupei em fazer arquivo.

MC - Mas pelo menos o senhor...

AA - Mas eu tenho uma boa memória, não é? É, eu tenho uma boa memória.

MC - É, o senhor tem uma boa memória. Mas pelo menos o senhor pode ter a garantia de que as fitas vão ser guardadas...

AA - Tá, muito obrigado (risos).

LO - É, em nome da Fundação Oswaldo Cruz, da Casa de Oswaldo Cruz, então, a gente agradece.

AA - Tá. Muito obrigado, hein? (Interrupção na gravação)

LO - Essa fita, entrevista com o Ministro Aluísio Alves, foi gravada na residência do próprio Ministro, em Brasília, na Península dos Ministros. Encerro aqui a gravação.